

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Observatório das Desigualdades

Relatório anual 2020

Glossário de Desigualdades



SEDISUFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração Pública e Gestão Social
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Observatório das Desigualdades

Relatório anual 2020

Glossário de Desigualdades

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Administração Pública e Gestão Social
Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Observatório das Desigualdades

Relatório anual 2020

Glossário de Desigualdades

Ano 1 - v.1

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)
Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Adriana Rosa Carvalho
Anna Cecília Queiroz de Medeiros
Cândida de Souza
Fabrício Germano Alves
Francisco Dutra de Macedo Filho
Gilberto Corso
Grinaura Medeiros de Morais
José Flávio Vidal Coutinho
Josenildo Soares Bezerra
Kamyla Álvares Pinto
Leandro Ibiapina Bevilacqua
Lucélio Dantas de Aquino
Luciene da Silva Santos
Marcelo da Silva Amorim
Marcelo de Sousa da Silva
Márcia Maria de Cruz Castro
Marta Maria de Araújo
Martin Pablo Cammarota
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Sibele Berenice Castella Pergher
Tercia Maria Souza de Moura Marques
Tiago de Quadros Maia Carvalho

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Morais

**Coordenadora de Produção
de Materiais Didáticos**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias

Coordenador Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Rosilene Paiva

Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo –
SEDIS (Presidente)
Aline de Pinho Dias – SEDIS
André Morais Gurgel – CCSA
Antônio de Pádua dos Santos – CS
Célia Maria de Araújo – SEDIS
Eugênia Maria Dantas – CCHLA
Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS
Isabel Dillmann Nunes – IMD
Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ
Jefferson Fernandes Alves – SEDIS
José Querginaldo Bezerra – CCET

Capa e Diagramação

Brisa Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte.
UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Observatório das desigualdades: relatório anual 2020: glossário de desigualdades [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Administração Pública e Gestão Social, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública: realização: Observatório das Desigualdades. – 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2021.
v.1. : 71 p. : 1 PDF 2.900 KB.

ISBN 978-65-5569-121-4

1. Gestão Pública. 2. Desigualdades sociais. 3. Desigualdades territoriais. 4. Gestão social. 5. Glossário. I. Título.

CDU 351

**Secretariado Executivo do
Observatório das Desigualdades:**

Mariana Mazzini Marcondes
Gabriellen Karinyn da Silva Monteiro

**Equipe do Projeto Observatório
das Desigualdades:**

Mariana Mazzini Marcondes (coordenadora)
Maria Arlete Duarte de Araújo
Washington José de Sousa
Gabriellen Karinyn da Silva Monteiro
Diego José do Nascimento Rabelo
Bruno Luan Dantas Cardoso
Suzana Melissa de Moura Mafra da Silva
Denys Daniel da Silva

**Apoio nas transcrições e
organização dos materiais:**

Mayara Carla Marques

Projeto Gráfico:

Brisa Gil

Agradecimentos

Adriana Vieira
Ana Paula Campos
Antônio Alves Filho
Bruno Lazarotti da Costa
Carla Bezerra
Carla Bronzo
Cassiano José Trovão
Claudia Gazola
Conceição Dantas
Dany Geraldo Kramer
Emily Mel Fernandes
Fábio Rezende de Araujo
Fernanda Arno
Fernando Seffner
Francisco César de Fonseca
Hironobu Sano
Igor Ricardo Cavalcanti
Ilana Lemos de Paiva
Janaiky Almeida
Jeanne Christine Teixeira
Jeferson Rocha
Joana Vaz de Moura
Jofran Cesar
Jordana Cristina de Jesus
Josiane Silva de Oliveira
Juliana Teixeira da Silva
Kyara Almeida
Leticia Godinho
Lilia Asuca Sumiya
Lindijane Almeida
Lívia Rebouças
Luana Myrrha
Maria do Livramento
Clementino
Marianna Sampaio
Matheus Arcelo Fernandes
Mirla Cisne
Morena Gil
Pamela Brandão
Paulo Souto Maior jr.
Renato Maia
Rhanielly Pereira
Roberto Marinho Alves
Sandra Cristina Gomes
Silvana Mara dos Santos
Tayse João Câmara
Thiago Ferreira Dias
Vitória Régia Izaú
Yasmim Marques
Zuleide Queiroz



Sumário

Apresentação	10
O Observatório das Desigualdades: o que somos, queremos e fazemos	12
O que observar	12
Para que observar	12
Com quem observar	13
Como observar	13
1) <i>Interface Digital e redes sociais</i>	13
2) <i>Glossário das desigualdades</i>	13
3) <i>Publicações</i>	14
ObservaDesigualdades	14
Dossiê das Desigualdades	14
Relatório Anual do Observatório das Desigualdades	14
4) <i>Cursos de extensão</i>	14
Curso anual sobre desigualdades	14
Conversatório	14
5) <i>Pesquisas e concursos</i>	15
Pesquisas	15
Concursos	15
O Observatório das Desigualdades em 2020: um balanço	16
Design do Observatório das Desigualdades: primeira fase do projeto	16
Implementação do Observatório das Desigualdades: segunda fase do projeto	18
Glossário das Desigualdades: uma primeira versão	20
Glossário das Desigualdades: uma introdução	20
(Alguns) verbetes para entender as Desigualdades	21
BRANQUITUDES	21
DESIGUALDADES	22
DESIGUALDADE DE GÊNERO	25

DESIGUALDADE DIGITAL	26
DESIGUALDADE ECONÔMICA	28
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS	30
DESIGUALDADE ÉTNICA	32
DESIGUALDADE RACIAL	33
DESIGUALDADE TERRITORIAL	35
HOMOFOBIA	36
LESBOFOBIA	37
TRANSFOBIA	40
(Alguns) verbetes para entender as ações públicas para o enfrentamento das Desigualdades	41
DIREITOS HUMANOS	41
GESTÃO PÚBLICA	43
GESTÃO SOCIAL	44
EQUIDADE	46
INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	48
INTERSECCIONALIDADE	50
INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE NOS DIREITOS HUMANOS	53
INTERSETORIALIDADE	56
MOVIMENTO LGBTIQ+	58
MOVIMENTOS SOCIAIS	59
OBSERVATÓRIOS SOCIAIS	62
POLÍTICA PÚBLICA	63
SUSTENTABILIDADE	63
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	65
TRANSVERSALIDADE NA AÇÃO PÚBLICA	66
Anexo	69
Programação dos cursos Observatório das Desigualdades	69

Apresentação

É com muita alegria que apresentamos esta publicação para você! Por meio dela, esperamos que você se sinta parte deste projeto, que é uma contribuição nossa para o complexo e desafiador debate sobre as desigualdades no Brasil.

As desigualdades, em suas múltiplas causas e dimensões, é um problema público que desafia um projeto justo e inclusivo de desenvolvimento humano e social. Usamos desigualdades no plural para lembrar você, leitora e leitor, que essa é uma palavra que se escreve sempre com o “s” no fim. Não por uma questão de estilo, mas pela necessidade de retratar a realidade social como ela se constrói. O conjunto de evidências que possuímos sobre o fenômeno nos permite afirmar que as desigualdades resultam de um nó, formado por relações sociais de classe, gênero e raça, que se articula com outros marcadores sociais produtores de desigualdades (como deficiência, idade e geracional). Além disso, as desigualdades também são territoriais, o que implica um olhar tanto para as especificidades do local, regional, nacional e internacional, quanto para as dinâmicas entre o urbano e o rural, e, ainda, para as relações entre os centros e as periferias nas cidades. Como consequência dessa complexidade das causas do problema público das desigualdades, trata-se de um fenômeno multidimensional; falamos em desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais. É complexo, não é mesmo? Mas reconhecer a complexidade desse problema é um passo importante para podermos enfrentá-lo.

Falar de enfrentamento das desigualdades é falar de ações públicas. Isso porque, se estamos abordando um problema que é coletivo, são de soluções coletivas que precisamos. Público, é importante destacar, não é sinônimo de “Governamental” ou “Estatal”. Embora os governos e o Estado tenham responsabilidades fundamentais no enfrentamento das desigualdades, é necessário reconhecermos a contribuição (ou, ainda, o protagonismo) dos movimentos sociais na luta pelo enfrentamento às desigualdades. Quando partimos dessa perspectiva, nós reconhecemos que a Gestão Pública deve ser comprometida com o enfrentamento às desigualdades, mas é também importante destacar o papel da Gestão Social.

É com esse olhar que o Observatório das Desigualdades se propõe a observar esse complexo e persistente problema. E, a partir dessa observação, construir, divulgar e traduzir conhecimentos para

seu enfrentamento. O sentido coletivo, para nós, é radical e profundo e, por isso, entendemos que a “cocriação” é a nossa forma de (r)existência. Cocriação entre diferentes departamentos e centros da UFRN, mas também da UFRN com outras instituições de produção de conhecimento e, especialmente, com a sociedade civil. Assim, o Observatório das Desigualdades está inserido no Departamento de Administração Pública e Gestão Social e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DAPGS/PPGP/CCSA/UFRN), mas não se limita a essa inserção, transbordando-a.

O Observatório surgiu a partir do apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFRN a um projeto e a um curso de extensão e, a partir desse apoio, múltiplas mãos e corações envolveram-se na empreitada. Mais que agradecer a Proex por esse impulsionamento, esse parágrafo tem como objetivo destacar a importância do investimento na educação pública e de qualidade, como forma de desenvolver práticas inovadoras comprometidas com a construção democrática e plural de uma sociedade e de um Estado que sejam verdadeiramente justos, inclusivos e solidários.

Nas próximas páginas, você poderá conhecer um pouco mais sobre essa história recente do Observatório, seu balanço de um ano de atividade e, ainda, conhecer alguns dos verbetes de nosso Glossário das Desigualdades.

O Glossário das Desigualdade é um fruto do Observatório em processo de cocriação, e está disponível no nosso site e nas redes sociais. A ideia de termos um Glossário que apresentasse verbetes fundamentais para conhecer as desigualdades e as ações públicas para seu enfrentamento surgiu quando estávamos organizando dois cursos de extensão que ofertamos em 2020: “Desigualdades e ações públicas” e o Conversatório “Descomplicando Gênero”. A partir do planejamento dessas atividades, constatamos a necessidade de desenvolver um material audiovisual que introduzisse cada uma das peças desse intrincado quebra-cabeça, que é o jogo das desigualdades, por meio de contribuições plurais, representando diferentes pontos de vistas.

Nesta publicação, trazemos uma parte desse material, cuja dinâmica de produção se amplia e transforma a cada dia, assim como esperamos que sejam todas as iniciativas do Observatório das Desigualdades. Afinal, nada deve parecer impossível de mudar, principalmente quando se trata das desigualdades. É fundamental que possamos construir as escadas necessárias para a inclusão, assim como desconstruir as escadas dos privilégios, para que todas e todos possam usufruir de uma sociedade livre, justa e inclusiva.

Boa leitura!

clique nos ícones para acessar nossos canais de conteúdo e contato:



O Observatório das Desigualdades: o que somos, queremos e fazemos

O que observar

As desigualdades têm muitas faces. Para olhar para elas, o Observatório das Desigualdades usa duas grandes lentes: as desigualdades sociais e as desigualdades territoriais.

Nas desigualdades sociais seu foco é um olhar interseccional para gênero/sexualidades, raça e classe, e, sempre que possível, considerando a idade/geração e deficiências. Nas desigualdades territoriais a abordagem é multinível, ou seja, olhando para o Rio Grande do Norte, em face do Nordeste e do Brasil, sem deixar de considerar as aproximações e os distanciamentos entre o urbano e o rural.

Observar as desigualdades é, ao mesmo tempo, enfocar os problemas sociais e as práticas inovadoras que respondem a esses problemas, considerando tanto a Gestão Pública, quanto a Gestão Social.

Para que observar

O objetivo do Observatório das Desigualdades é produzir, divulgar e traduzir conhecimentos sobre desigualdades. Sua ênfase é na articulação para a “coprodução” de conhecimentos, além de sua democratização.

“Coproduzir” é produzir conjuntamente. Para coproduzir é fundamental a parceria entre universidade e sociedade civil. Isso garante que os conteúdos do Observatório sejam desenvolvidos a partir de problemas sociais, e para responder a eles. Também é fundamental a interdisciplinaridade, ou seja, a integração de diferentes disciplinas que abordam as desigualdades. São exemplos: Administração Pública, Gestão Pública, Política Pública, Gestão Social, Serviço Social, Economia, Psicologia, História e Demografia.

Democratizar conhecimento é divulgar aquilo que a universidade e a sociedade civil já produzem. Mas, não apenas. É também “traduzir” conteúdos de difícil compreensão para formatos mais acessíveis

Dessa forma, o Observatório das Desigualdades pretende contribuir com a UFRN, mas também gerar resultados para a sociedade como um todo. Com a UFRN, os resultados esperados são o fomento e a valorização de conhecimentos interdisciplinares sobre as desigualdades, estimulando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para além da universidade, o projeto pretende contribuir também para, por meio da informação,

instrumentalizar a participação e o controle social e subsidiar ações públicas para responder às desigualdades.

Com quem observar

O Observatório das Desigualdades é um projeto desenvolvido por etapas. Em 2020, realizamos a articulação e o design do projeto, além de um primeiro ciclo de implementação, que apresentamos nesta publicação. Para seu próximo ciclo de implementação, que começa em 2021, a proposta é criar estruturas de governança democrática, garantindo um espaço de discussão entre a universidade e a sociedade civil, para definir as diretrizes e avaliar o desenvolvimento do projeto.

Por enquanto, quem responde pelo cotidiano do projeto é a Secretaria Executiva do Observatório. A partir de suas atividades, a equipe do projeto é mobilizada, assim como suas parcerias.

Olhando para o futuro, o Observatório das Desigualdades espera não apenas consolidar o grupo de seus integrantes, mas também suas parcerias. Para isso, é importante a articulação de uma rede de pessoas, organizações e, também, de observatórios, do Rio Grande do Norte ou de outras localidades. Já em 2020 iniciamos a construção dessa rede com o Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro (MG) e com o Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência - OBIJUV/UFRN.

Como observar

Como o Observatório das Desigualdades é um projeto desenvolvido por etapas, as suas iniciativas também são “cocriadas” por etapas. O “cardápio” do Observatório inclui quatro tipos de iniciativas: 1) interface digital e redes sociais; 2) glossário das desigualdades; 3) publicações; 4) cursos e conversatórios; 5) pesquisas e concursos.

1) Interface Digital e redes sociais

O site do Observatório das Desigualdades é o repositório de nossas produções, nossa âncora. A partir dele, nossa atuação nas redes sociais permite uma presença dinâmica nas discussões sobre desigualdades que se fazem no cotidiano e, portanto, são dinâmicas. É por isso que o Observatório das Desigualdades está no Youtube, no Facebook e no Instagram.

2) Glossário das desigualdades

O Glossário reúne verbetes sobre conceitos fundamentais para entender e transformar as desigualdades, incluindo ações públicas para o enfrentamento e noções sobre movimentos sociais. Buscando apresentar uma introdução em cada um dos temas e construído de forma colaborativa com especialistas, os ver-

betes são disponibilizados por meio de vídeos, áudios e textos, além de incluir referências de leituras.

Nesta publicação, você encontra uma primeira versão do Glossário das Desigualdades. Para mais conteúdo, visite nosso site e nossas redes sociais.

3) Publicações

As publicações do Observatório das Desigualdades são ferramentas fundamentais para reunir e divulgar conhecimentos do Observatório das Desigualdades. Elas ficarão disponíveis no site do Observatório e serão disseminadas nas redes sociais. Ao longo de 2020-2021, o Observatório prevê as seguintes publicações.

ObservaDesigualdades

O Boletim trará informações sobre o que aconteceu de mais importante para entender as desigualdades, e o que acontecerá. Além disso, trará informações sobre pesquisas, eventos, cursos e outros.

Dossiê das Desigualdades

Publicação temática a ser construída a partir das parcerias do Observatório. Para cada ciclo, será definido um tema, sobre o qual serão compartilhadas reflexões aprofundadas sobre as múltiplas faces das desigualdades que o atravessam.

Relatório Anual do Observatório das Desigualdades

Material que você está lendo, o relatório traz um balanço das atividades do Observatório das Desigualdades. Nessa primeira edição, ele também sistematiza uma primeira versão do Glossário das Desigualdades. A partir de 2021, a proposta é que ele traga uma síntese do monitoramento de indicadores de desigualdades.

4) Cursos de extensão

Curso anual sobre desigualdades

O Observatório das Desigualdades promove um curso de extensão anual sobre desigualdades, que congrega a comunidade acadêmica, mas também outras pessoas interessadas. As ênfases e as abordagens serão definidos a cada ano. Em 2020, o tema foi “Desigualdades e ações públicas”.

Conversatório

São encontros para discutir desigualdades, em suas múltiplas facetas. Por ser uma atividade de extensão, congrega a comunidade univer-

sitária, mas também outras pessoas interessadas. Sua realização busca promover o encontro dos conhecimentos e saberes de diferentes disciplinas, e, ainda, da universidade com a sociedade civil. Para isso, é escolhidos um tema, para serem “descomplicados”. Em 2020, sua primeira edição foi a “Descomplicando Gênero”.

5) Pesquisas e concursos

Pesquisas

O Observatório irá realizar, participar e divulgar pesquisas sobre desigualdades. Uma de suas prioridades é compreender as práticas inovadoras no Rio Grande do Norte para responder a desigualdades, enfocando a transversalidade, a interseccionalidade e a intersectorialidade nas ações públicas.

Concursos

Também serão realizados concursos para estimular e divulgar trabalhos de graduação e de pós-graduação sobre desigualdades, especialmente por meio de formatos inovadores (vídeos e podcasts).

O Observatório das Desigualdades em 2020: um balanço

Design do Observatório das Desigualdades: primeira fase do projeto

Foi em 2020 que começou a criação do Observatório das Desigualdades do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O projeto é fruto de uma parceria do Grupo de Gestão Institucional e Política Pública, da Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS), além do Coletivo Leila Diniz e Centro Feminista 8 de março. Desde seu início, ele foi marcado pelo caráter interdisciplinar e pela articulação entre comunidade universitária e sociedade civil organizada.

Para que ele pudesse se estruturar foi fundamental o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN (Proex), por meio dos editais de curso e projetos de extensão (Editais n. 05 e 07/2019). A pandemia que assolou o mundo e o Brasil em 2020 desafiou a implementação do projeto. Mas, a coletividade que se criou em torno de sua realização garantiu o resultado. O que inicialmente era um projeto para desenvolver o design do Observatório virou o Observatório em si e o curso de extensão que era para ser um, virou dois, em formato remoto: “Desigualdades e Ações Públicas” e “Conversatório – Descomplicando Gênero”. Mais uma vez, a aposta na cocriação e na construção coletiva demonstra-se não apenas princípios corretos, mas estratégias adequadas.

Assim, a criação do Observatório não foi prejudicada com a pandemia. Desse modo, no primeiro semestre de 2020 iniciamos o processo de prototipagem e design do Observatório das Desigualdades. O primeiro passo para isso foi a realização de uma pesquisa de boas práticas sobre observatórios sociais, considerando tanto a literatura brasileira sobre o tema, quanto o conhecimento de iniciativas de observatórios no Brasil, na América Latina e no mundo.

A primeira etapa da pesquisa foi feita por meio de uma revisão sistemática de 26 artigos científicos que estava disponibilizado no Scielo e no Spell, publicados no período de 2010 a 2020, sobre observatórios sociais. Na segunda etapa, a revisão sistemática foi complementada por pesquisa documental, conversas com pesquisadoras/es que integram (ou integraram) diferentes observatórios sociais (Observatórios das Metrôpoles, de Natal e de São Paulo, Observatório das Desigualdades da FJP e Participa-

tório da Juventude, da então Secretaria Nacional da Juventude [SNJ]).

Como resultado, levantamos 56 observatórios sociais que foram analisados, considerando seus elementos contextuais (tempo e espaço) e estruturais (“origem” e financiamento, objetivos e produtos), destacando as boas práticas que depreendemos pela investigação.

Os resultados da pesquisa foram sintetizados no artigo “Observatórios Sociais e desigualdades no Brasil: uma análise exploratória e descritiva preliminar”. O artigo foi apresentado no XLIV Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), o principal evento nacional da área de Administração, realizado em 2020, tendo sido indicado ao prêmio de melhor artigo da divisão de Administração Pública Brasileira. Importante destacar a integração entre extensão e produção científica que a elaboração do artigo representa.

A partir dessa pesquisa, e ainda no final do primeiro semestre, formulamos uma proposta preliminar de estruturação do Observatório de Desigualdades UFRN e, com base nela, nos reunimos virtualmente com parcerias e parceiros, para coletar contribuições.

Foram feitas 13 reuniões online no mês junho, para a discussão da proposta do Observatório. Em cada uma delas, foram coletadas contribuições para a revisão do projeto e construídas parcerias que pudessem iniciar sua implementação, ainda em 2020. Nas reuniões, o projeto foi discutido com docentes e discentes de diferentes departamentos e centros da UFRN, além de duas entidades da sociedade civil: o Coletivo Leila Diniz e o Centro Feminista 8 de Março. A seguir, abrimos nossa agenda de pactuação com vocês.

13 REUNIÕES

- | | |
|--|--|
| 01.06 Cassiano Trovão Economia/UFRN | 15.06 Grupo de Pesquisa Institucional e Políticas Públicas Fabio Rezende, Antônio Alves Filho e Luciana Laura DAPGS/ UFRN |
| 02.06 Washington Sousa e Suzana Mafra Grupo OASIS/UFRN | 16.06 Adriana Vieira e Conceição Dantas Coletivo Feminista 8 de Março |
| 02.06 Cláudia Gazola Coletivo Leila Diniz | 19.06 Paulo Souto Maior História/UFRN |
| 03.06 Maria Arlete Araújo DAPGS/UFRN | 24.06 Ilana Paiva Psicologia/UFRN |
| 04.06 Bruno Lazzarotti Fundação João Pinheiro/MG | 07.07 Maria do Livramento Clementino e Lindijane Almeida Observatório das Metrópoles – GPP/UFRN |
| 08.06 Silvana Mara dos Santos Serviço Social/UFRN | |
| 09.06 Luana Myrrha Demografia UFRN | |
| 11.06 Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas Educacionais - Sandra Gomes, Lília Sumiya e Anderson dos Santos + 14 membros GPP e DAPGS/UFRN | |

A partir das contribuições coletadas, fizemos um balanço sobre ideias e finalizamos o design do Observatório das Desigualdades, além de termos desenvolvido um plano de operacionalização em etapas. Os materiais foram compartilhados, juntamente com a devolutiva das consultas, a todas as pessoas que participaram do processo de pactuação.

Implementação do Observatório das Desigualdades: segunda fase do projeto

A partir do segundo semestre/2020, colocamos em ação a primeira etapa do plano de operacionalização do Observatório, que envolveu quatro passos, rumo à concretização do projeto.

O primeiro passo foi a criação do site/repositório, hospedado no portal do CCSA. No mesmo período, criamos uma estratégia de comunicação do observatório nas redes sociais, garantindo dinamicidade, engajamento e alcance para nossa comunicação.

O segundo passo foi iniciar os cursos do Observatório. A primeira iniciativa foi o Conversatório “Descomplicando Gênero”, realizado ao longo do segundo semestre, com dois encontros por mês. O Conversatório foi uma iniciativa interdisciplinar, que surgiu em parceria com docentes de quatro outros departamentos/centros: prof. dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos (Departamento de Serviço Social/CCSA), prof. dra. Ilana Lemos de Paiva (Departamento de Psicologia/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA), prof. dra. Luana Junqueira Dias Myrrha (Departamento de Demografia e Ciências Atuariais - Centro de Ciências Exatas e da Terra - CEET) e prof. dr. Paulo Roberto Souto Maior Jr. (Departamento de Práticas Educacionais e Currículo/Centro de Educação - CE).

O conversatório é um espaço para a reflexão e trocas sobre desigualdades, enfocando a “tradução” coletiva de discussões teóricas sobre o tema. A cada semestre, é escolhido um tema para reflexões e debates. Sua primeira edição foi dedicada ao “Descomplicando Gênero”. Em decorrência da pandemia de Covid-19, sua oferta foi remota, tendo sido previstas 55 vagas.

A 1ª edição do Conversatório “Descomplicando Gênero” foi realizada de 21 de agosto a 27 de novembro de 2020, com encontros quinzenais, totalizando 12 horas de atividades. Em cada mês, foi focado um aspecto da discussão sobre gênero, por meio de dois encontros (3h/mês). No primeiro encontro foi adotado o formato palestra/live, com uma convidada externa, para discutir o tema do mês, garantindo o acesso ao público interessado, para além das pessoas inscritas. A gravação também foi disponibilizada no youtube do Observatório, garantindo-se o aces-

so ao público. O segundo encontro adotou o formato grupo de estudos, apenas para as pessoas inscritas. Em cada um deles, um/a dos/as docentes responsáveis pelo Conversatório conduziu a discussão, feita com base em textos sobre o tema abordado.

No Anexo você pode conferir a programação na íntegra dos cursos ofertados.

O segundo curso realizado pelo Observatório em 2020 denominou-se “Desigualdades e ações públicas”, também de oferta remota, envolvendo 60 participantes.

Seu objetivo foi de reunir diferentes vozes e perspectivas para refletir sobre as múltiplas formas de desigualdades e as ações públicas para seu enfrentamento. Para isso, ele contou com a participação de docentes da UFRN de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo dos Departamentos de Administração Pública e Gestão Social, Economia, Serviço Social e Políticas Públicas. Também estiveram conosco integrantes da FJP das Universidades Federal do Cariri (UFCA) e Regional do Cariri (URCA) e da sociedade civil.

O curso foi ofertado em dois módulos, cada um com 7 horas, totalizando 14 horas. A primeira aula de cada um dos módulos foi realizada no formato live, aberta ao público. As demais, foram apenas para as pessoas inscritas. O primeiro módulo foi dedicado ao tema “Desigualdades: do que estamos falando?” e o segundo, a “Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades”. O curso foi realizado entre os meses de setembro e novembro de 2020.

No Anexo você pode conferir a programação na íntegra dos cursos ofertados.

O terceiro passo foi o desenvolvimento de um projeto de pesquisa relacionada às ações públicas para o enfrentamento das desigualdades. O projeto, em curso, denomina-se “Ações públicas na área social para redução de desigualdades: uma análise das práticas inovadoras no Estado do Rio Grande do Norte”, e tem previsão de dois anos de duração.

Finalmente, o quarto passo foi a criação do Glossário das Desigualdades, ao qual dedicamos a próxima parte desta publicação. O material está disponibilizado em nossas redes sociais e no nosso site. Importante destacar que, para que a iniciativa fosse possível, foi fundamental o apoio técnico da Assessoria de Produção Audiovisual da UFRN.

Glossário das Desigualdades: uma primeira versão

Glossário das Desigualdades: uma introdução

O Glossário das Desigualdades reúne verbetes sobre conceitos fundamentais para entender e transformar as desigualdades. Nele, apresentamos uma introdução em cada um dos temas. Sua construção é colaborativa, reunindo especialistas em cada um dos temas. Os verbetes são disponibilizados por meio de vídeos, áudios e textos, além de incluir referências de leituras.

Para contribuir com os verbetes, buscamos diversificar os perfis das pessoas que colaboraram com ele. Diferentes trajetórias, vinculações organizacionais, pontos de vista e campos de conhecimento estão presentes no Glossário. Este é um alerta importante porque indica que não existe uma única forma (ou a forma definitiva) de se definir um conceito. Por isso, convidamos você, que utiliza o Glossário, a utilizar este material como um ponto de partida, e buscar o seu caminho na construção de sua reflexão sobre desigualdades.

A ideia de termos um Glossário das Desigualdades surgiu quando estávamos organizando dois cursos de extensão que ofertamos em 2020: “Desigualdades e ações públicas” e o Conversatório “Descomplicando Gênero”. A partir do planejamento dessas atividades, constatamos a necessidade de desenvolver um material audiovisual que introduzisse cada uma das peças desse intrincado quebra-cabeça que é o jogo das desigualdades. Dessa forma, entendemos que o Glossário não só contribui com os cursos do Observatório, mas é um legado para qualquer pessoa interessada no tema.

O Glossário das Desigualdades é um material em permanente construção colaborativa. Essa contribuição ocorreu, em regra, por meio da disponibilização de um áudio ou vídeo introdutórios ao tema. A seguir, você pode conhecer os textos que elaboramos a partir de algumas das primeiras contribuições que recebemos. Esses primeiros verbetes estão organizados em duas seções: “(Alguns) Verbetes para Entender as Desigualdades” e “(Alguns) Verbetes para Entender as Ações Públicas para o Enfrentamento das Desigualdades”.

clique nos ícones para acessar onde encontrar todos os verbetes:  

(Alguns) verbetes para entender as Desigualdades

A seguir, você encontra alguns dos verbetes do Glossário das Desigualdades. Veja mais verbetes no site do Observatório.

BRANQUITUDES

Texto construído a partir da colaboração de Josiane Silva de Oliveira (professora da UEM e da UFG e pesquisadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros do NEIAB/UEM)

O conceito de branquitude foi desenvolvido para auxiliar a compreender os processos de construção e de constituição identitária racial branca. Assim como existe o conceito de negritude, que ajudar a compreender as dinâmicas e os processos identitários vinculados às populações negras, o conceito de branquitude contribui para refletirmos sobre as relações raciais, considerando a construção identitária das populações brancas.

No Brasil, um dos primeiros autores a sistematizar as discussões sobre as relações raciais e as branquitudes foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que na década de 1950 escreve um texto intitulado *Patologia Social do Branco Brasileiro*. Nesse texto, Guerreiro Ramos chama atenção para a necessidade de discutirmos as estruturas e as desigualdades raciais brasileiras não somente a partir das questões vinculadas às populações negras e às populações indígenas, mas, também em relação a outros grupos racializados em nossa sociedade. O autor enfatizar essa questão a partir dos debates sobre as populações brancas.

Nos anos 2000, uma outra pesquisadora, Maria Aparecida Bento, avança teoricamente nessas discussões, ao refletir sobre mecanismos de funcionamento e os modos de operação das branquitudes na vida cotidiana. Ela desenvolve o conceito de pacto narcísico da branquitude para debater como que as branquitudes funcionam na vida cotidiana, a partir dos seus modos de operação.

Outro pesquisador que vai nos ajudar a refletir sobre o conceito de branquitude é Lourenço da Conceição Cardoso, que, a partir de uma reflexão crítica sobre o processo de constituição da identidade racial branca, desenvolve dois conceitos que também ajudam a compreender esse processo e seus modos de funcionamento. Trata-se dos conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica.

O conceito de branquitude crítica está vinculado aos processos de construções identitárias raciais brancas, quando há um processo crítico e reflexivo dessa dinâmica, enfatizando e reconhecendo as estruturas de desigualdades raciais. A branquitude crítica remete a um processo de

construção identitária racial branca, que reconhece essas estruturas de desigualdades. Além disso, ela não só contribui em termos teóricos e reflexivos, mas também auxilia a forjar mecanismos de ações e práticas que visem ao rompimento das estruturas de desigualdades, considerado este posicionamento que as populações brancas ocupam nas estruturas de desigualdades raciais.

Por outro lado, a branquitude acrítica remete a um processo de construção identitária racial branca, que se reconhece e que se constitui a partir da ideia de supremacia branca. Esse processo de construção identitária ocorre especialmente vinculados aos grupos supremacistas, que não somente vão reconhecer esse processo de construção identitária, mas utilizam dele para justificar a ideia de supremacia racial que existe na sociedade.

Quer saber mais? Leia:

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I. BENTO, Maria Aparecida S. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016. Disponível [aqui](#).

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível [aqui](#).

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

DESIGUALDADES

Texto construído a partir da colaboração de **Bruno Lazzarotti Diniz Costa** (professor da Escola de Governo-FJP/MG e coordenador do Observatório das Desigualdades da FJP)

As desigualdades correspondem a um problema público central para o desenvolvimento social no Brasil e, por conta de sua magnitude, ela pode parecer algo imutável, ou que não é obra humana. Mas ela foi criada por seres humanos e, por isso mesmo, pode ser desfeita.

Diferentemente da pobreza, as desigualdades são uma noção estrutural e relativa. Estrutural porque ela se refere a uma coletividade, o que é diferente da pobreza, que eu posso utilizar para falar sobre uma pessoa, uma

família. Só uma sociedade pode ser desigual, ou uma região. Por isso, ela é estrutural, mas também relativa, já que só se pode entender seu perfil e sua magnitude pela comparação. É comparando a renda, a escolaridade etc. Para entender as desigualdades, é necessário fazer três perguntas: desigualdade de quê? Quanta desigualdade? Desigualdade entre quem? A primeira pergunta expressa a ideia de que a desigualdade é um fenômeno social multidimensional. Por isso que é mais adequado falar em desigualdades, do que em desigualdade. Quando utilizamos esse termo, geralmente pensamos em desigualdade de renda, ou desigualdade de riqueza. Essas são talvez as formas mais discutidas. Mas, existem várias outras dimensões das desigualdades, tão importantes quanto, e que se entrelaçam com a desigualdade de renda e de riqueza.

É o caso, por exemplo, da desigualdade educacional, no acesso ou nas realizações educacionais, de diferentes grupos ou pessoas na sociedade. Ou a desigualdade no mercado de trabalho, que ela é salarial, mas, pode ser em relação à qualidade do posto de trabalho (mais ou menos precário, com mais ou menos oportunidade de progredir dentro de uma carreira, de uma empresa ou de um ramo), O desemprego também não é igualmente distribuído, existem pessoas e grupos com mais chance de conseguir um trabalho do que outros. Há, também, a desigualdade política, com uma distribuição desigual dos recursos de poder, de acesso às instâncias de decisão política da sociedade. Além de outras desigualdades menos visíveis ou menos discutidas, mas, tão ou mais importantes quanto. É o caso das desigualdades na distribuição das tarefas domésticas. As tarefas domésticas, o cuidado com a casa e com os filhos não são igualmente distribuídos entre todos os membros de uma família e nem na sociedade. Isso tem consequências, inclusive sobre outras dimensões das desigualdades, a exemplo da desigualdade no mercado de trabalho ou a política.

Sobre a segunda pergunta (quanta desigualdade?), ela expressa a magnitude, ou seja, a distância que separa os membros da sociedade na hierarquia de distribuição de um determinado recurso, oportunidade, renda, ou poder na sociedade. As sociedades podem ser mais ou menos desiguais. Para essa discussão, o índice de Gini tem sido muito utilizado como uma medida da desigualdade. Isso porque ele busca responder, de forma sintética, a essa pergunta: quanta desigualdade? Assim, essa segunda pergunta mede a intensidade da desigualdade. Países que são muito desiguais em uma dimensão, tendem a ser também desiguais em outras, porque essas dimensões se condicionam mutuamente. Exemplo: quando há desigualdade de oportunidades educacionais muito expressiva, ela tende a acentuar as desigualdades no acesso às melhores posições do mercado de trabalho, que por sua vez, acentuam as desigualdades de renda, que vão piorar as desigualdades e oportunidade educacional. Então, geralmente

essas dimensões da desigualdade se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Mas, pode ocorrer também de se ter uma desigualdade importante na educação e uma desigualdade menor no mercado de trabalho ou na renda, por exemplo.

A terceira pergunta (desigualdade entre quem?) expressa o consenso hoje existente de que a desigualdade também não é cega a relações de gênero, raça, regiões. Ou seja, existem grupos na sociedade que são, de maneira geral, mais expostos à discriminação, ou são mais oprimidos em relação à distribuição de recursos, oportunidades e prestígio na sociedade. Nesse caso, é possível comparar diferentes grupos na sociedade, ou regiões. É isso nos leva a descobrir que a zona rural tem piores condições educacionais do que as zonas urbanas. Que os negros e jovens têm muito menos proteção para sua vida do que os brancos em melhores condições socioeconômicas, e é por isso utilizamos o termo “genocídio da juventude negra”. Que as mulheres são mais discriminadas no mercado de trabalho, apesar de ter uma escolaridade média maior do que a dos homens. Que indígenas estão expostos a condições de saúde e saneamento muito piores do que todos os outros grupos da sociedade.

Em síntese, essas três perguntas (desigualdade de quê? Quanta desigualdade? e Desigualdade entre quem?) São instrumentos para que a gente possa revelar e se apropriar da injustiça que as nossas sociedades produzem. Não pela curiosidade, mas para acentuar e reforçar o nosso compromisso enfrentá-las e superá-las.

Quer saber mais? Leia:

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes (org.). **Desigualdade para inconformados**: Dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. Rio Grande do Sul: Editora da Ufrgs, 2020. Disponível [aqui](#).

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje: Anpocs, São Paulo, p. 223-243, fev. 1984. Anual. Disponível [aqui](#).

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

DESIGUALDADE DE GÊNERO

Texto construído a partir da colaboração de **Mariana Mazzini Marcondes** (professora do DAPGS/ CCSA/UFRN)

Para entender a desigualdade de gênero é importante, primeiramente, entender gênero. Joan Scott propõe que gênero seja compreendido como uma categoria analítica. Mas, é importante considerar que não se trata de uma categoria criada em um laboratório, ou uma biblioteca. Gênero surge das práticas feministas, o que significa que não só surge, mas também contribui para essas práticas feministas e se transforma a partir delas.

Uma forma de situar a discussão é recuperar a frase de Simone de Beauvoir (O segundo sexo): “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O tornar-se mulher significa que o nascimento, o ato biológico e natural, diz pouco sobre o que significa esta construção social e histórica, que surge a partir da socialização e da aprendizagem, que ocorre em uma organização social. A partir de Joan Scott, podemos entender gênero como uma forma primária de constituição de relações sociais de poder e de dominação, que se faz a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Essa definição comporta alguns desdobramentos.

Primeiro, há a relação entre sexo e gênero. Gênero é a construção social e histórica que se faz a partir das diferenças percebidas entre o sexo, que nos remete ao biológico. O fato de uma mulher nascer como uma vagina e o homem nascer com um pênis diz muito pouco sobre ser engenheiro, ser enfermeira, poder chorar, saber cuidar de criança. Essas questões são construções sociais e históricas. Além disso, essas construções envolvem uma separação/diferenciação (masculinidade/feminilidade), mas também abarca a hierarquização dessas diferenças. Isso porque gênero é uma relação social de poder e de dominação, o que significa que alguém se privilegia com ela e alguém se prejudica.

Nesses termos, a relação de gênero é primária, porque ela é uma relação de poder e de dominação constitutiva da realidade social. O elemento relacional é importante também porque não existe o masculino sem o feminino. Quando se diz que homem não chora, subentende-se que mulher chora. Assim, é fundamental compreender gênero em termos relacionais.

Outro desdobramento é o que diz respeito à normatividade e à simbologia que envolve o gênero, ou seja, há um destino para o qual se deve ir. É esperado que os homens sejam violentos ou racionais, e que as mulheres sejam cuidadosas, criem filhos. Essas normas sociais se fazem por meio das simbologias. O homem forte e rico, a mulher “Maria” e mãezinha. Esses

são símbolos que são permeados por ideologias, que contribuem para estabelecer e legitimar relações de dominação. Por fim, o último aspecto é o da identidade subjetiva. O gênero constrói as subjetividades e as emoções, em seus lugares mais íntimos.

É importante considerar que, se gênero se constrói e se transforma a partir das práticas dos movimentos feministas, há algumas reconstruções contemporâneas do conceito que apresentamos. A primeira é a que se coloca a partir de Judith Butler e da Teoria Queer, que, entre outras contribuições, indica que não existe uma relação automática entre sexo, gênero e desejo. Ou seja, não se nasce mulher, torna-se mulher e deseja-se um homem. Há performances diversas de gênero e reconhecer isso traz potência para refletir sobre gênero para além da heterossexualidade, além de desafiar ainda mais a ideia do sexo biológico. A segundo é a que se faz a partir da interseccionalidade, uma contribuição, sobretudo, das feministas negras. Por meio dela, é possível pensar que gênero é uma relação de poder que se imbrica com outras relações, como raça e classe, para estruturar a realidade social.

Quer saber mais? Leia:

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível [aqui](#).

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, v. 5, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, p.7-41, 1995. Disponível [aqui](#).

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADE DIGITAL

Texto construído a partir da colaboração de **Marianna Sampaio** (analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Prefeitura de São Paulo e doutoranda em Administração e Governo na EAESP/FGV)

A preocupação com a desigualdade digital remonta aos anos 1990. Foi neste período que os acadêmicos e acadêmicas passaram a apontar os efeitos excludentes das tecnologias digitais. Termos como divisão digital

e desigualdade digital eram usados para demonstrar como as diferenças ao acesso e no uso de tecnologias poderiam manter as desigualdades nas sociedades, além de criar formas novas de igualdades e exclusões.

A desigualdade digital decorre do fato de as pessoas terem diferentes níveis de acesso à internet, equipamentos como telefones celulares e computadores, bem como diferentes habilidades para acessar e usar a internet e equipamentos. Sue Watling, uma estudiosa do tema, destaca como as linhas divisórias da exclusão digital são próximas àquelas linhas associadas a exclusão social como, por exemplo, renda, idade, minorias étnicas e pessoas com deficiência. Quando se fala em desigualdade ou exclusão digital, são três os possíveis níveis. O primeiro é o do acesso, ou seja, daquelas pessoas que sequer tem acesso à internet ou a computadores. O segundo nível é o das habilidades para uso de computadores e internet, já que apenas o acesso não basta. É preciso saber como e para quê usar as tecnologias. O terceiro nível, de resultados, diz respeito aos benefícios e ganhos que são produtos do uso da internet e de celulares e computadores.

No Brasil por exemplo, conforme dados da pesquisa TIC Domicílios (2019), quase 30% dos domicílios não tinha acesso à internet, e apenas 39% das casas brasileiras tinha computador. Nas classes sociais D e E, que são justamente aquelas que já sofrem com outros tipos de exclusão, o percentual de domicílios sem acesso à internet é de nada menos do que 50%. Já no que diz respeito ao uso, 59% dos brasileiros e das brasileiras dizem não usar a internet para estudar e trabalhar. Apenas 31% das pessoas que usam computador dizem ter manipulado uma planilha de cálculo, por exemplo.

Mais do que nunca, a pandemia de Covid-19 e a necessidade de se praticar isolamento social mostrou a importância do acesso à internet para que as pessoas possam se comunicar, trabalhar, estudar e exercer sua cidadania.

Quer saber mais? Leia:

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Brasil). Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros:** Tic domicílios 2019. Brasil: Cetic, 2020. 31 p. Disponível [aqui](#).

WATLING, Sue. **Digital exclusion:** coming out from behind closed doors. *Disability & Society*, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 491-495, jun. 2011. Informa UK Limited. Disponível [aqui](#).

WATLING, Sue. **Digital Exclusion:** potential implications for social work education. *Social Work Education*, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 125-130, fev. 2012. Informa UK Limited. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADE ECONÔMICA

Texto construído a partir da colaboração de **Cassiano Marques Trovão** (professor do DEPEC/CCSA/UFRN)

Desigualdade é um fenômeno complexo, que se manifesta por múltiplas dimensões. Assim, quando falamos de desigualdade, na verdade, devemos falar de desigualdades, no plural. Partindo dessa compreensão, podemos entender o estudo das desigualdades como um esforço para compreender como as quantidades dos elementos que compõem essas desigualdades podem ser distribuídos. Essa distribuição pode se dar entre distintas unidades de análise como, por exemplo: indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades, nações.

Dentre os elementos que constituem as desigualdades estão desde aqueles mais objetivos (ex: renda corrente e riqueza), até elementos subjetivos (ex: status e poder político e econômico). No que diz respeito às dimensões pelas quais as desigualdades se manifestam, temos na dimensão econômica sua expressão mais evidente, especialmente para uma sociedade como a brasileira. Nessa dimensão específica encontram-se outras duas subdivisões (que apenas se separam em termos teóricos, já que estão intimamente relacionadas): a distribuição da renda e a distribuição da riqueza (física, isto é, imobiliária ou financeira).

Quando se fala de distribuição de renda podemos adotar duas abordagens. A primeira delas enfoca a diferença entre as pessoas, famílias ou grupos sociais, em termos de renda corrente. Isso significa: aquela renda oriunda do trabalho, da previdência, da assistência social ou de outras fontes. É o que se chama de distribuição pessoal da renda. A segunda é a que mensura a participação no total da renda auferida pela classe trabalhadora, isto é, o peso de seus salários no total da renda gerada pela economia, em um determinado período. É o que é chamado de distribuição funcional da renda. As duas permitem que se avalie quão concentrada é a renda corrente em uma determinada sociedade.

No entanto, a renda conta apenas uma parte da história. Para um olhar mais atento para a dimensão econômica temos que avaliar, também, a distribuição da riqueza. A riqueza, de um modo geral, materializa-se nas formas da propriedade territorial (urbana e rural), de bens materiais que contribuem para a conformação do patrimônio dos indivíduos (ex: automóveis) e daquilo que os economistas chamam de ativos financeiros (ex: riqueza acumulada na forma de ações de empresas, títulos públicos ou privados, moedas estrangeiras, ouro, etc.).

Esse olhar mais amplo sobre a dimensão econômica permite que nós identifiquemos ao menos três tipos de unidades de análise. O primeiro é o que se refere àqueles indivíduos que não têm capacidade de acumular riqueza e dependem do acesso à renda corrente para realizar as despesas necessárias à sua reprodução social. Mais que isso, que terminam por gastar toda a renda recebida e, assim, não conseguem acumular riqueza sob qualquer forma.

O segundo remete a quem, a partir de sua renda corrente, consegue acumular riqueza, pois ganha além do necessário para manter a si e a suas famílias, apresentando assim, a possibilidade de enriquecimento sob distintas formas (propriedades imobiliárias ou financeiras, por exemplo).

O terceiro tipo é aquele que envolve pessoas que já possuem um volume expressivo de riqueza acumulada e que, a partir dela, consegue produzir fluxos de renda que além de garantirem sua reprodução social. Isso permite uma elevação da riqueza previamente acumulada.

Nesse sentido, quando se estuda as desigualdades de um país, é preciso ter em mente que, mesmo quando se considera apenas a dimensão econômica, é necessário ampliar o olhar para além da renda corrente, especialmente aquela oriunda do trabalho e da previdência social. Dessa forma, é importante considerar também a desigualdade patrimonial e sua capacidade de afetar a sociedade como um todo. Isso porque a desigualdade de riqueza, contribui para a perpetuação da condição desigual que penaliza e bloqueia o desenvolvimento social de uma nação.

Quer saber mais? Leia:

DEDECCA, Claudio Salvadori et al. **A queda recente da desigualdade:** relevância e limites. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. Artigo. Salvador: Anpec, 2008. p. 1-19. Disponível [aqui](#).

DEDECCA, Claudio Salvadori. A Redução da Desigualdade e seus Desafios. In: BRASIL. André Bojikian Calixtre. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. p. 469-512. Disponível [aqui](#).

DEDECCA, Claudio Salvadori. Desigualdade, mas de qual falamos? **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 55-71, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572012000100004>. Disponível [aqui](#).

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. **A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil:** um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. 2020. DEPEC/CCSA/UFRN. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Texto construído a partir da colaboração de **Lilia Asuca Sumiya** (professora do DAPGS/CCSA/UFRN)

No Brasil, o grau de educação de uma pessoa tem relação com a renda. Quanto maior o nível educacional da pessoa maior a sua remuneração. Isso leva muitos jovens a desejar em ingressar no ensino superior. Mas, ingressar no ensino superior não é tão simples assim. E isso não somente pela concorrência na seleção, mas também por conta da desigualdade educacional. Essa desigualdade pode ser percebida no começo da escolarização ou até antes. Estudos mostram que existem diferenças desde os primeiros anos de vida de uma criança: o número de palavras que ela conhece depende do nível socioeconômico da família. Isso mostra a importância de políticas públicas que foquem na primeira infância, que é de 0 a 6 anos.

Quando falamos de desigualdade escolar estamos falando sobre as diferenças nos resultados de aprendizagem e, portanto, da necessidade de um olhar atento para as políticas públicas educacionais que busquem reduzir essa desigualdade. Pesquisas da área de sociologia apontam, há muito tempo, que há uma forte relação entre origem social do aluno e sucesso escolar. Quanto maior a renda familiar melhor o desempenho escolar e, por outro lado, a pobreza, a desigualdade social e o contexto familiar explicam o insucesso. Ou seja, é aquela velha história de que aluno não aprende pelo fato de ser pobre.

No entanto, pesquisas nas últimas décadas que utilizam dados comparativos de países e até mesmo entre os estados do Brasil, constataram que alguns sistemas educacionais conseguem reduzir essas desigualdades no aprendizado dos alunos, independente da sua origem e do grupo social que pertence. Por isso, podemos afirmar que uma boa escola faz a diferença, principalmente para aqueles alunos mais pobres. Isso é fundamental porque muitas vezes é a única forma daquela criança sair do ciclo de pobreza.

No Brasil, além do nível socioeconômico de estudantes, outros fatores contribuem para aumentar a desigualdade educacional como, por exemplo, a raça ou gênero. Além disso, desigualdade educacional pode ocorrer dentro de uma região, estado ou mesmo dentro de um município onde o aluno mora. Por exemplo, no Rio Grande do Norte o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 indica, para o 5º ano do Ensino Fundamental, que a média de desempenho das escolas com alunos mais

privilegiados economicamente está abaixo da média desempenho das escolas com os menos privilegiados no estado do Ceará.

Essa discussão aponta para a importância e a responsabilidade das políticas educacionais que, em conjunto com outras políticas sociais, precisam incorporar este olhar sobre a desigualdade, no momento da formulação. Por exemplo, há evidência de que a repetição do ano escolar penaliza mais injustamente os mais pobres. Importante lembrar que o combate a desigualdade na educação não deve acontecer nivelando todos por baixo, que é o que chamamos de efeito Robin Hood - ocorre quando uma ação tem como resultado favorecer os menos privilegiados, retirando benefícios dos mais privilegiados. Eficácia e equidade precisam ser perseguidas juntas. A escola deve buscar a melhoria do desempenho de todos os seus alunos e, ao mesmo tempo, buscar reduzida diferença entre alunos de grupos sociais distintos.

Quer saber mais? Leia:

ALVES, Maria Teresa G.; SOARES, José F.; XAVIER, Flavia P. Desigualdades educacionais no Ensino Fundamental de 2005 a 2013: Hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.4, 2016. Disponível [aqui](#).

CRAHAY, Marcel; BAYE, Ariane. Existem escolas justas e eficazes? **Cad. Pesqui.** [online], v. 43, n.150, 2013. Disponível [aqui](#).

FERNARD, Anne; MARCHMAN, Virginia A.; WEISLEDER, Adriana. SES differences in language processing skill and vocabulary are evident at 18 months. **Developmental Science** v.16 n.2, 2013, pp 234–248.

MELLO, Janine.; RIBEIRO, Vanda M.; LOTTA, Gabriela; BONAMINO, Alicia; CARVALHO, Cynthia P. (Orgs.) **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades**. IPEA, 2020.

OECD. Education at a Glance 2020: **OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível [aqui](#).

OECD PISA 2018 Results (Volume V): Effective Policies, Successful Schools, **PISA**, OECD Publishing, Paris, 2020. Disponível [aqui](#).

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados** [online]. 2011, vol.54, n.1, pp.41-87. ISSN 0011-5258. Disponível [aqui](#).

SOARES, José Francisco; DELGADO, Victor Maia Senna. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Edu-**

cacional, v.27 p.754-780,2016.

SUMIYA, Lilia A.; ARAUJO, Maria Arlete D.; SANO, Hironobu. A Hora da Alfabetização no Ceará: o PAIC e suas múltiplas dinâmicas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, United States, Instituto Mary Lou Fulton e Faculdade de Educação da Arizona State University, v. 25, n. 36, 2017. Disponível [aqui](#).

Consulte:

Portal Idea. [Portal que disponibiliza indicador de desigualdades e aprendizagem, bem como estudos de casos de sistemas educacionais que atuou em diminuição das desigualdades]. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADE ÉTNICA

Texto construído a partir da colaboração de
Tayse Campos (coordenadora da Associação
Comunitária Indígena do Amarelão)

A desigualdade étnica refere-se às desigualdades de oportunidades e de condições de vida que resulta de diferenças étnicas. No Brasil, a desigualdade étnica acompanhou o processo de colonização, de forma extremamente violenta (violências física e simbólica), que são sofrida pelos povos indígenas até hoje. Como exemplos dessa desigualdade étnica em relação aos povos indígenas no Brasil, podemos citar a não demarcação das terras indígenas. Ou, ainda, a morosidade da demarcação das terras que, pela legislação vigente no Brasil, deveriam ser demarcadas no prazo de cinco anos, sendo que há terras indígenas em processo de demarcação há mais de 40 anos.

As oportunidades na educação, inclusive no ensino superior, também contribuem para essa forma de desigualdade. Assim como as oportunidades na política, a exemplo do que ocorre no Congresso Nacional, no qual só temos uma indígena como deputada. Há, ainda, as oportunidades na saúde, no trabalho e no emprego. Mesmo quando temos indígenas formados, com graduação e pós-graduação, elas e eles não têm as mesmas oportunidades que, por exemplo, as pessoas brancas. Então, há declaradamente favorecimento a pessoas da raça branca, que têm mais oportunidades e melhores condições de vida. Por fim, além de não ter as mesmas oportunidades, as pessoas indígenas ainda sofrem violência, preconceito e discriminação diariamente, principalmente quando lutam pelos seus direitos.

Quer saber mais? Leia:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Brasil). **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados de 2018. Brasília: Cimi, 2018. 156 p. ISSN 1984-7645. Disponível [aqui](#).

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004. Disponível [aqui](#).

DESIGUALDADE RACIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Ana Paula Campos** (Colunista Potiguar Notícias)

A desigualdade racial não é um recorte do problema das desigualdades, mas é parte do problema como um todo. Isso porque não é possível discutir nada no Brasil sem considerar a questão racial como central. O Brasil é um país que teve quase 400 anos de escravidão e foi o último do mundo a abolir-la. Houve, ainda, um plano eugenista para cancelar corpos negros e para garantir a manutenção do racismo, o que acontece até hoje.

Com base em Sílvio Almeida, que discute o racismo como estrutural, é necessário considerar que a desigualdade racial envolve dimensões psicológica, científica, jurídica, acadêmica e filosófica. Por ser estrutural, todos esses pontos se entrecruzam para garantir a manutenção do racismo. Por isso, não adianta pensarmos nenhuma questão no Brasil sem ter a raça no centro.

Já Abdias Nascimento discute a questão do genocídio do povo negro, que ocorreu e ocorre de maneira física (quando corpos negros são assassinados, o que ocorre a cada 23 minutos com um jovem negro brasileiro), mas também de forma psicológica (quando as pessoas negras são colocadas como povo impotente, sem referências, descendentes de escravos; pessoas fora do padrão).

É importante perceber que dentre essas lógicas de cancelamento dos corpos negros, há, ainda, questão dos presídios e do encarceramento de massa, como discute a Carla Akotirene, em relação a mulheres em situação de cárcere em Salvador. Ainda que a autora traga um olhar de gênero e para uma cidade específica, isso se reproduz ao longo do território nacional. O

Brasil é um dos países com maior população carcerária do mundo. E isso não significa que as pessoas negras sejam perigosas, embora elas tenham sido tratadas dessa forma, a partir das construções do racismo científico, que construiu esta associação de maior propensão ao crime.

Para pensar racismo é preciso, ainda, trazer o recorte de gênero, considerando as interseccionalidades. Isso porque, para a mulher negra brasileira, as opressões são ainda mais cruéis porque - como nos informa Lélia González - sobre elas recaem uma tripla opressão: o racismo, o machismo e o sexismo. Dentre outros efeitos, isso produz a solidão da mulher negra, a exemplo de quando as meninas negras são preteridas das brincadeiras por serem negras; ou quando as mulheres negras não são consideradas bonitas, por não apresentarem o padrão de beleza; quando um homem negro prefere estar com uma mulher branca, porque ele também foi ensinado que esses são os corpos que merecem afetos; que são considerados bonitos.

Também quando discutimos mercado de trabalho é necessário trazer essa interseccionalidade. Sueli Carneiro discute que raça faz classe e, ainda, que as mulheres negras recebem as piores remunerações no mercado de trabalho. Assim, se forma uma pirâmide, com os homens brancos no topo, seguido da mulher branca, depois, do homem negro e, por último, a mulher negra, que está na base dessa pirâmide que compõe toda estrutura social.

Em resumo, o racismo é central para pensar o Brasil, mas ele deve ser interseccionado com gênero e com outras formas de opressões, que são fundamentais para entender as desigualdades e promover políticas públicas com equidade, que contribuam para mudar a estrutura desse país.

Quer saber mais? Leia:

AKOTIRENE, Carla. **Ó pa í, Prezada:** racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020. 256 p.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Jandaíra, 2019. (Feminismos Plurais).

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. **Estudos Feministas**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 544-552, 01 jan. 1995. Disponível [aqui](#).

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje:** Anpocs, São Paulo, p. 223-243, fev. 1984. Anual. Disponível [aqui](#).

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva S.A., 2016. 232 p.

DESIGUALDADE TERRITORIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Joana Tereza Vaz de Moura** (professora do DPP/CCHLA/UFRN)

Desigualdade territorial é um conceito que se insere na discussão sobre desigualdades regionais, que é objeto de reflexão da economista pernambucana Tânia Bacelar. Trata-se de entender que, no Brasil, os modelos de desenvolvimento adotados pelos Governos Federais, até meados dos anos 2000, privilegiavam determinadas regiões brasileiras, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, como aponta um conjunto de estudos sobre o tema. Nesse sentido, é possível observar que, durante os anos 1990, evidenciou-se um quadro de contínua expansão das disparidades regionais, consolidando diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional. Importante ressaltar, ainda, a heterogeneidade no interior dessas regiões.

Dos anos 2000 até a atualidade, há um crescimento da população no interior do país e tendência à interiorização, maior dinamismo e crescimento das cidades médias. Isso reflete, em alguma medida, um processo de maior desconcentração industrial. Além do mais, o próprio Brasil rural também vai se afirmando e passando por transformações. A agropecuária de base familiar é dominante no Sul, Nordeste e Norte. Esses fatores relacionam-se com o novo modelo de desenvolvimento, priorizado entre os anos 2000 até 2015/2016, com notável investimento nas políticas sociais. Consequentemente, há uma elevação de renda das famílias, um maior aumento da demanda popular por bens e serviços de setores modernos, maior investimento em máquinas e tecnologia, elevação da produtividade, da renda, da competitividade e das exportações. Também se observa, neste período, uma redução da pobreza extrema, principalmente entre 2001 e 2009. Ou seja, há um conjunto de importantes mudanças no período, com relação às desigualdades territoriais. E as políticas públicas vão contribuir para promover a redução das desigualdades.

Nesse contexto, emergem algumas políticas setoriais com visão regional, políticas regionais e políticas territoriais. Nelas, estimula-se o protagonismo das regiões. Tânia Bacelar destaca, dentre as políticas públicas nacionais, esses avanços horizontais e setoriais, que consideram a dimensão regional e, por isso, possuem efeito sobre o desenvolvimento regional e o combate à desigualdade. Destaca-se as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Territórios da Cidadania), Ministério da Integração Nacional (Política Nacional de Desenvolvimento Regional), Ministério

da Educação (expansão e interiorização das Universidades, dos Institutos Técnicos Federais e das escolas técnicas).

Por fim, cabe destacar que a dimensão territorial continua importante na atualidade, sinalizando que ainda é fundamental diminuir as desigualdades entre os territórios e dentro dos próprios territórios. A dimensão das desigualdades herdadas e a fragilidade dos territórios exigem um olhar espacial na territorialidade das políticas públicas. O governo federal, nesse sentido, tem centralidade, haja vista seu peso na receita pública e a importância na elaboração das políticas nacionais.

Quer saber mais? Leia:

ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 25, n. 63, p. 159-182, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Brasil: Territorialidade e Políticas Públicas**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2013. 61 p. Curso de ambientação para analistas técnicos de políticas sociais. Disponível [aqui](#).

RUMOS, Revista. **Entrevista com Tânia Bacelar, especialista em desenvolvimento regional**. Disponível [aqui](#).

HOMOFOBIA

Texto construído a partir da colaboração de **Paulo Souto Maior** (professor do DPEC/CE/UFRN)

Não há muita certeza sobre o surgimento do termo homofobia. Para o professor Daniel Borrillo, a invenção da palavra se deu em 1971 quando J.K. Smith, lançou um artigo analisando traços da personalidade homofóbica. No ano seguinte, G. Weinberg a definiu como “o receio de estar com homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo”.

No Brasil, há registros de que a palavra era usada no fim dos anos 1970, nas páginas da revista *Rose*, uma publicação voltada ao público gay, produzida pela editora Grafipar, do Paraná. Nesse contexto, o termo fazia alusão à discriminação contra pessoas homossexuais. Hoje, o conceito de homofobia vem sendo tensionado por diferentes segmentos da sociedade, inclusive na mídia. Ele carece de estudos e reflexões, mas, para instigar o debate, é possível dizer que a homofobia é o incômodo externalizado

contra pessoas que se identificam como LGBTQI. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, queer e intersex.

Trata-se, portanto, de um sentimento negativo e que pode alcançar graus variados. Manifesta-se nos movimentos dos olhos, na linguagem verbal e até mesmo na agressão física. Portanto, hoje o termo é mais usado para se referir a preconceitos e situações de discriminação contra a população LGBTQI. Nessa perspectiva, não podemos deixar de destacar que, segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil está entre os países que mais mata por homofobia. Pesquisa divulgada em 2019, aponta uma morte de LGBTQI no Brasil a cada 23 horas.

Outra questão que atravessa o conceito é a criminalização da homofobia, decidida pelo STF em 13 de junho de 2019. Após a decisão, ela passou a ser punida com base na legislação que prevê o crime de racismo. A partir de então, é possível se perguntar, sobre o conceito: quais são os contornos? As disputas? Como compreendê-lo e tensioná-lo? Como a homofobia aparece em pesquisas? Independente das respostas, Daniel Borrillo, no livro *Homofobia*, alerta para algumas questões envolvidas no conceito. Segundo ele: “a homofobia é o medo que a valorização dessa identidade seja reconhecida. Ela se manifesta entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”. Quando Daniel Borrillo diz que a homofobia é o medo que a valorização dessa identidade seja reconhecida, ele está se referindo à identidade homossexual. Ou seja, é o medo que a identidade homossexual seja reconhecida.

Quer saber mais? Leia:

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 27 nov. 2012.

LESBOFOBIA

Texto construído a partir da colaboração de **Kyara Maria de Almeida Vieira** (Professora de História da UFERSA)

! O texto a seguir contém conteúdo sensível!

A lesbofobia é uma palavra que deriva da junção das expressões *lesbos* e *fobia*. A expressão *lesbos* está associada a uma ilha grega, de mesmo

nome, onde viveu uma poetisa, aproximadamente entre os séculos 6 e 7 Antes de Cristo, chamada Safo. Essa poetisa construiu escola só para mulheres, bem como desenvolveu uma obra em que ela declamava o amor entre e pelas mulheres.

A palavra fobia significa a rejeição e o medo exacerbado em relação a determinadas situações. Entre os vários tipos de fobia está aquela que se desenvolve em relação algumas pessoas e aos modos de ser. Este tipo de fobia está relacionado a religiosidades, etnias, raças e, também, sexualidades. Portanto, a lesbofobia é o medo ou rejeição (de forma objetiva ou subjetiva) que as mulheres vivenciam por ter amor, afeto ou desejo sexual por outras mulheres.

É importante destacar que, porque se afirma em nossa sociedade que só existe um tipo de relação amorosa ou de desejo, muitas pessoas são assassinadas. As mulheres lésbicas são consideradas mulheres que não respondem a esse modelo que é culturalmente ensinado, de uma única forma de amar. No entanto, é importante lembrar que desde o começo da humanidade existem mulheres que vivenciam seu amor, seu desejo e seu afeto em relações íntimas com outras mulheres.

Há muitas expressões para definir as mulheres lésbicas. No nosso cotidiano, elas são chamadas, muitas vezes, de sapatão, de caminhoneiros, fanchonas, bolachas, entendidas... A maioria das vezes, ou quase sempre, são expressões associadas com algo maléfico ou discriminatório. Isso reproduz a ideia de que mulheres lésbicas são aquelas que fracassaram nas suas relações afetivas com outros homens; mulheres que querem ser iguais aos homens, e até mesmo tomar o lugar deles. Essas são leituras simplistas e preconceituosas, que não dão conta das mais variadas formas que as mulheres conseguem se amar, se relacionar e construir as suas vidas.

Por conta desta crença que só há um tipo de relação possível, um único jeito de ser, muitas mulheres são assassinadas por serem lésbicas. O Brasil é um dos países que têm os piores índices em relação ao assassinato de mulheres lésbicas. Dentre os dados mais recentes, destaca-se o Dossiê sobre o Lesbocídio no Brasil, pesquisa feita entre os anos 2014 e 2017. No Dossiê, é possível identificar dados por região, classe, escolaridade, etnia, profissão, etc. Um dos dados alarmantes que ele traz é que 34% das mulheres lésbicas que são assassinadas só por serem lésbicas têm entre 20 e 24 anos. Um outro dado alarmante é que 83% dos assassinos das mulheres lésbicas nunca nem as viram na vida, ou mal ou as conheciam. Nesse sentido, é importante pensar que os crimes contra as mulheres lésbicas têm requintes de crueldade, que não estão presentes em outros assassinatos. Envolvem desde o estupro corretivo (em que homens estupram uma mulher lésbica, porque acredita que ela vai deixar de ser lésbica), até atos como decepar os seios de mulheres lésbicas. Em alguns

lugares, retira-se o clitóris para que essas mulheres não tenham prazer. Há, ainda, situações em que se inserem objetos cortantes, ou objetos causadores de dor no ânus e na vagina dessas mulheres, no sentido de puni-las, além de matá-las.

Há, ainda, que se fazer uma outra observação. A lesbofobia atinge todas as mulheres que são lésbicas, mas, como nós vivemos em um país que é classista e racista, as mulheres lésbicas que são negras, pobres e periféricas sofrem ainda mais opressão, porque elas carregam esses marcadores. Esses marcadores culturalmente inferiorizam as mulheres e, como diz Ochy Curiel, que é feminista, negra e lésbica, como as lésbicas não dependem dos homens materialmente ou emocionalmente, elas desafiam a norma que tenta estabelecer um jeito único de ser no mundo.

Portanto, ser lésbica não é apenas uma identidade. É, ao mesmo tempo, uma orientação sexual e uma posição política, que também pode ser considerado um posicionamento ético, e, acima de tudo, uma forma de assumir a sua vida. Toda forma de amor vale a pena e é importante respeitar as pessoas nas suas individualidades, reconhecendo suas preferências sexuais.

Quer saber mais? Leia:

BRANDAO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homo-erotismo feminino. **Anál. Social**, Lisboa, n. 195, p. 307-327, 2010. Disponível [aqui](#).

DINIZ, Rozeane Porto. **As representações léxico-semânticas das lesbianidades no cordel**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Literatura e Interculturalidade, Literatura e Estudos Interculturais, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1709-1722, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lebianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000. 313 p. (Coleção Primeiros Passos).

SOUZA, Simone Brandão. **LÉSBICAS, ENTENDIDAS, MULHERES VIADOS, LADIES: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da bahia**. 2019. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 39-61, 2011.

TRANSFOBIA

Texto construído a partir da colaboração de **Emily Mel Fernandes de Souza** (mestra em Psicologia - UFRN)

A transfobia abrange o ódio, a aversão, a discriminação, os comportamentos discriminatórios (verbais, físicos, simbólicos, materiais e psicológicos) contra as identidades das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Referem-se, portanto, a atitudes que discriminam as pessoas trans, impedindo a livre expressão das identidades de gênero das pessoas trans. A transfobia é uma atitude individual, de uma pessoa em relação a outra, geralmente de uma pessoa cis contra uma pessoa trans.

A transfobia é diferente de homofobia e de LGBTfobia. Enquanto a LGBTfobia é mais geral, a homofobia se refere aos gays (homens cis gays). Como observa Regina Facchini, ao discutir a dita sopa de letrinhas, cada letrinha tem sua peculiaridade e suas especificidades. Por isso, cada letrinha também expressa uma forma específica de sofrer discriminações, e possui demandas próprias.

Ela se origina em algo maior, que é o cissexismo e a cisgeneridade compulsória, que são eixos estruturantes da nossa sociedade. Nesses termos, quem não for cisgênero, sofre sanções, impedimentos e interdições, o que afeta justamente as pessoas trans, ou as pessoas não congruentes com seu gênero. Portanto, a cisnormatividade é essa violência mais abrangente, que se expressa na pressão para ser cis, e que alimenta a transfobia. É por isso que é fundamental estar constante (re)pensando nossas práticas e posturas em relação às pessoas trans.

Quer saber mais? Leia:

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades. São Paulo: Garamond Universitaria, 2005. Disponível [aqui](#).

RODOVALHO, Amara Moira. Cis By Trans. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. **(TRANS)PASSANDO OS MUROS DO PRE-CONCEITO E ADENTRANDO A UNIVERSIDADE:** uma análise das políticas

para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do rio grande do norte. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível [aqui](#).

(Alguns) verbetes para entender as ações públicas para o enfrentamento das Desigualdades

A seguir, você encontra alguns dos verbetes do Glossário das Desigualdades. Veja mais verbetes no site do Observatório.

DIREITOS HUMANOS

Texto construído a partir da colaboração de **Angela Mercedes Facundo Navia** (Professora do DAN/UFRN)

Direitos Humanos é um destes conceitos difíceis de definir de forma fechada e definitiva. Isso porque cada grupo social tem suas próprias formas de determinar o tratamento que deveria ser garantido a seus membros e os contornos dos deveres morais e éticos para com os outros. Esses arranjos são sempre mutáveis, vão se transformando com o tempo e, especialmente, significam disputas entre grupos que ocupam lugares diferentes. Aqueles que têm todos os privilégios, por exemplo, geralmente não querem abrir mão desses privilégios, em prol daqueles que não tem nenhum. Assim, podemos dizer então que os direitos humanos são um processo ativo e que se caracteriza pela luta para que todas as pessoas possam viver com dignidade, em igualdade, com liberdade, justiça e paz. Ainda que recuperando de forma breve os precedentes da discussão, vale mencionar o grande marco que deu origem ao seu entendimento contemporâneo, que é a Declaração dos Direitos Humanos da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1948. Nela, afirma-se a existência de uma família humana, o que foi muito importante para contestar e atacar a ideia de uma humanidade dividida em raças diferentes, umas superiores e outras, inferiores. Essa ideia foi promovida pelo racismo científico e justificada pela Administração Colonial para submeter, mediante o horror, a muitos povos no mundo colonizado. Também foi uma ideia promovida pelo nazismo para exterminar o povo judeu, comunistas, homossexuais, ciganos e outras pessoas que essa lógica da barbárie considerava como prescindíveis.

Contudo, apesar das boas intenções dessa Declaração, o que temos visto desde então no mundo é que os direitos humanos fundamentais estão longe de serem uma realidade para todas as pessoas no planeta. Pelo contrário, assistimos as desigualdades crescerem no mundo e o racismo, a ganhar força. As pessoas continuam a ser escravizadas, a passar fome, não ter onde morar. A natureza e o meio-ambiente são ameaçados, enquanto as pessoas refugiadas são criminalizadas, assim como a proteção social e o pensamento político crítico. Cresce a intolerância religiosa e a vontade de reprimir as sexualidades não hegemônicas. Esses são alguns exemplos de circunstâncias que nos mostram que os Direitos Humanos não são uma realidade para todas e todos.

Por isso que é tão importante entender também os direitos humanos como uma linguagem comum. Uma linguagem que nos permitem continuar nos organizando para a luta pelo seu verdadeiro cumprimento, mas, também, para pensar que, assim como acontece com as línguas, eles estão vivos e existem porque estão em constante disputa e atualização. É por meio das pessoas que se organizam e que, por meio da linguagem dos Direitos Humanos, conseguem encontrar um objetivo para suas lutas, que esses Direitos permanecem vivos. Não só reclamamos hoje aqueles direitos que foram registrados na Declaração de 1948 e nas constituições nacionais posteriores, mas, exigimos que eles se atualizem conforme a nossa realidade. Assim, novas gerações de direitos, da natureza, dos animais e do mundo virtual foram, são e serão criadas, correspondendo ao mundo que sonhamos e do que entendemos como o bem-viver para todas as pessoas no mundo.

Quer saber mais? Leia:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. Genebra: 1948. Disponível [aqui](#).

NAVIA et al. **Pessoas em movimento**: práticas de gestão, categorias de direito e agências. Rio de Janeiro: Imprensa, 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, Junho 1997, p. 11-32.

Consulte:

Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos. Disponível [aqui](#).

GESTÃO PÚBLICA

Texto construído a partir da colaboração de
Maria Arlete Duarte de Araújo (Professora
do DAPGS/CCSA/UFRN)

A ideia de gestão pública está intimamente ligada à satisfação de necessidades coletivas, que nascem de demandas objetivas da sociedade, e que são valoradas pelos poderes públicos.

A gestão pública procura, por meio de seus instrumentos, promover o bem estar da sociedade conciliando os diferentes interesses e atores. Neste processo deve orientar-se pelos valores de igualdade, justiça social e equidade, sem descuidar dos valores da eficiência, eficácia e efetividade. Isto significa que a gestão pública deve considerar que as cidadãs e os cidadãos são iguais, e que a oferta de serviços não pode discriminar ninguém, devendo esforçar-se para distribuir de forma equitativa a riqueza produzida, além de corrigir as falhas do mercado para preservar o interesse público.

Uma outra forma de entender melhor o que é gestão pública é diferenciá-la da gestão privada:

- Na gestão privada o objetivo final é a acumulação dos ganhos econômicos. A gestão pública busca a satisfação de necessidades da comunidade.
- Na gestão privada, o mercado é o local em que se processa a intermediação entre oferta e demanda de bens e serviços, via preços. Os recursos, portanto, são originados no mercado. Na gestão pública, os recursos se originam da cobrança compulsória de impostos e taxas.
- A gestão pública tem procedimentos muito rígidos para gerir as pessoas, enquanto na gestão privada há muito mais flexibilidade na gestão das pessoas.
- Na gestão pública os procedimentos de compras são muito rígidos e devem observar a legislação, enquanto na gestão privada estes processos são mais ágeis.
- A gestão pública é muito mais complexa, pois lida com interesses difusos e coletivos.
- Na gestão pública há um conjunto de princípios que devem ser observados em todos os seus atos: princípios da legalidade, da transparência, da impessoalidade, da publicização. Na gestão privada não há essa obrigatoriedade
- A gestão pública opera em um contexto normativo que rege o seu funcionamento enquanto o setor privado não tem este tipo de constrangimento

- Na gestão privada falamos de clientes que se relacionam com a empresa em um processo de compra e venda de bens e serviços. Na gestão pública falamos de cidadãos que têm direitos e obrigações, podendo se manifestar em relação a qualquer assunto público.

- A gestão privada pode escolher o segmento de clientes e de mercado que ela deseja operar. Na gestão pública não é possível discriminar os cidadãos.

Essas diferenças entre gestão privada e gestão pública apontam para a peculiaridade da gestão pública, permitindo vinculá-la à ideia de mobilização de diferentes recursos para produzir ações concretas para responder às necessidades coletivas.

Ou seja, podemos compreender a gestão pública por meio da divisão entre “áreas-meio” e “áreas-fim”. As primeiras respondem por processos intraorganizacionais, da relação indivíduo e organização, e das relações interorganizacionais. Elas mobilizam, entre outras, as funções de compra, logística, pessoal, tecnológica, patrimonial, orçamento. Já as segundas remetem às políticas públicas.

Quer saber mais? Leia:

ALBI, Emilio, GONZÁLEZ-PÁRAMO, José Manuel e CASANOVAS, Guillem López. **Gestión Pública Fundamentos, técnicas y casos**. Editorial Ariel, S.A. Barcelona, ES, 3ª ed. 2009

LASCOUMES. Pierre e LE GALÉS. Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió, EDUFAL, 2012

PETERS, B. Guy e PIERRE, Jon (org). **Administração Pública**: coletânea. SP: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010. Disponível [aqui](#).

SUBIRATS, Joan et al. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editora Ariel, 2008

GESTÃO SOCIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Washington José de Souza** (professor do DAPGS/ CCSA/UFRN)

É possível compreender a gestão social como aquela exercida por coletivos para coletivos. Ela, portanto, difere da gestão empresarial, por não possuir um caráter competitivo e concorrencial, conforme é conhecida no mundo capitalista empresarial. Ela difere da gestão pública por não

ter natureza burocrática, centrada em regras, normas leis e tratados. A gestão social tem ênfase nas relações entre sujeitos autônomos, com propósitos não individualistas e voltados para a gestão de organizações solidárias. Ela envolve temas de interesse público, sempre baseada em relações de decisões tomadas por meio do diálogo, e na participação entre sujeitos que devem se considerar iguais. Trata-se, portanto, de uma gestão dialógica, conforme pontua o professor Fernando Tenório.

A gestão social tem sido objeto de práticas associadas a arranjos da sociedade civil, com viés comunitário, podendo incluir, ainda, o monitoramento e avaliação de políticas públicas em colegiados. Ela é pautada, por exemplo, pelo combate à pobreza, promoção da sustentabilidade e do meio ambiente, trabalhos voluntários e ações associativas com diversas finalidades, a exemplo de grupos de produção solidária e de geração de renda como aqueles que se enquadram na chamada economia solidária.

Há, ainda, um conjunto de organizações privadas com interesse público, com ações de saúde, esporte, educação, cultura, lazer. Nesse ponto, é possível identificar um braço socioassistencial não governamental. É não governamental porque são organizações criadas por coletivos de pessoas privadas, que resolveram se associar para realizar ações de interesse público. Há, também, um viés de resistência, de embate público protagonizado, por exemplo, por associações que buscam a garantia de direitos, sindicatos, organizações ambientalistas.

É possível afirmar também que é no chamado terceiro setor que tal ambiente organizacional se realiza. Mas, lembrando que há um lado do dócil, mas, também, outro combativo, em que há posicionamentos políticos. Por isso, gestão social não pode ser reduzida a uma noção de docilidade. Ela é um espaço privilegiado de interação social e de busca de ações solidárias.

E que desafios existem para a gestão social? Pode-se citar dois. O primeiro é da descrença das pessoas na ação e no poder de coletivos, preferindo a ação individual, em uma perspectiva de competição, o que ocorre ao longo da história do Brasil. Muitas pessoas não acreditam no cooperativismo, em virtude de problemas que ocorreram em momentos anteriores. Isso se deve a casos em que há uma assimetria de conhecimentos e interesses políticos de coletivos, em que alguém se apropria, indevidamente, de um dos propósitos e opera desvios de função, trazendo descrença para o trabalho coletivo associativo.

Outro desafio é aquele que se coloca para as práticas democráticas, no Brasil, especialmente pensando nos conselhos de políticas públicas, que sofrem discontinuidades entre as gestões de diferentes governos. Isso também produz desconfiança nas pessoas em participar da vida social e coletiva, buscando soluções para os problemas que afligem a todas as pessoas.

Quer saber mais? Leia:

BOULLOSA, Rosana F. **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. 1. ed. Salvador: Editora CIAGS, 2014.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. **Portal Administração UFERSA**. Disponível [aqui](#).

FISCHER, Tania. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates et al (org.). **Gestão social: mobilizações e conexões**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

SOUZA, Washington. **Gestão de empreendimentos não governamentais**. UFRN, 2010. Disponível [aqui](#).

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7 a 23, mar. 1998. Disponível [aqui](#).

EQUIDADE

Texto construído a partir da colaboração de **Yasmim Melo** (mestranda no PPEUR/DPP/UFRN)

O conceito de equidade é permeado por ausências de consensos e definições imprecisas devido, em grande medida, à sua subjetividade. Desta forma, para este verbete, buscou-se apresentar uma das definições possíveis de equidade, a partir de uma definição clássica, baseada no liberal igualitarista John Rawls. Também se optou por trazer uma definição objetiva e, portanto, operacional.

Cabe-se destacar inicialmente que, de maneira geral, as discussões sobre equidade estão no interior dos debates sobre justiça e, sobretudo, justiça social e, portanto, este é o nosso ponto de partida. Em uma Teoria de Justiça como Equidade, John Rawls propõe uma nova concepção de justiça que se baseia no contrato social, a partir das obras de Kant, Rousseau e Locke. Para isso, o autor estabelece dois princípios de justiça. No primeiro, que diz respeito às liberdades, o autor defende que, para que a sociedade seja justa, precisa-se existir todas as liberdades fundamentais, e que todas tenham o mesmo peso. Já no segundo princípio, que se refere às desigualdades e à distribuição da riqueza e dos espaços de poder, o autor postula que desigualdades podem existir, desde que sejam vantajosas para todas as pessoas e que as posições de poder possam ser alcançadas

também por todas.

O principal ponto que essa teoria ressalta é que há injustiça quando as desigualdades não são vantajosas para todos os membros do contrato social (ou de uma coletividade ou de uma sociedade). Mas, se mesmo em um cenário díspar, existe um deslocamento positivo da posição original para todas as pessoas, essa desigualdade é vantajosa. Em linhas mais gerais, pode-se afirmar que na sua Teoria de Justiça como Equidade, Rawls defende que, para que exista uma condição de igualdade plena, precisa-se corrigir primeiro as desigualdades injustas que, a seu ver, são as desigualdades sociais de origem. Após a correção dessas desigualdades, os indivíduos poderiam disputar de forma igualitária por espaços e posições sociais de poder e de prestígio. Dessa forma, equidade consistiria, para Rawls, na correção das desigualdades injustas para que possa existir uma igualdade real.

François Dubet aplica esta discussão dos princípios de justiça de Rawls nas instituições de ensino, fazendo parte de uma corrente teórica que discute “justiça na escola”. Para este autor, e também para os demais autores dessa corrente, a democratização do acesso à educação não foi suficiente para impedir a reprodução das desigualdades sociais, mas, dentro do ambiente escolar, as desigualdades sociais se fortaleceram, como mostram os achados da sociologia da educação. Dessa forma, o pesquisador sugere que seja necessária a incorporação de instrumentos de discriminação positiva para que a justiça social possa ser alcançada dentro do ambiente escolar. Em termos práticos, isso seria alcançado a partir da priorização de alunas e alunos que experimentam desigualdades (ex. classes menos favorecidas, pessoas negras, que vivenciam violências). Segundo o autor, as ações de discriminação positiva estão ancoradas na necessidade de ultrapassar a igualdade pura para que a própria condição de igualdade seja estabelecida e, portanto, evitar a reprodução das desigualdades sociais. Essa pode ser uma outra forma de definir o conceito de equidade ou mesmo de aplicá-la, isto é, equidade pode ser definida como o tratamento desigual, a partir da aplicação de ações de discriminação positivas, para corrigir desigualdades sociais, visando à igualdade real.

Quer saber mais? Leia:

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 17, p. 5-18, ago. 2001. FapUNIFESP (SciELO)

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 34, n. 123, p. 539-555, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

DUBET, François. Democratização escolar e justiça na escola. *Revista Educação*, v.33, n.3, p. 381-394, 2008. Disponível [aqui](#).

GOMES, Sandra Cristina; MELO, Francymonni Yasmim Marques de. **Por um olhar espacial na gestão de políticas educacionais:** equidade para superar desigualdades, In: XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

PUTNAM-WALKERLY, Kris et al. **What the Heck Does ‘Equity’ Mean?** 2016. Stanford Social Innovation Review. Disponível [aqui](#).

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Texto construído a partir da colaboração de **Hironobu Sano** (Professor do DAPGS/CCSA/UFRN)

A inovação na gestão pública é um tema que, ultimamente, está na moda e, muitas vezes, o senso comum relaciona apenas com a inovação tecnológica. Entretanto, a inovação no setor público pode ocorrer em muitas outras áreas.

Para começarmos o debate, vamos inicialmente apresentar o conceito de inovação. A inovação no setor público corresponde à introdução de novos elementos que provocam uma descontinuidade nas práticas anteriores e resultam em melhorias nas políticas públicas, nos serviços públicos, na gestão pública, ou em qualquer outra dimensão de análise. Ao final, a inovação deve criar valor público para a sociedade.

A partir dessa definição, podemos observar que uma inovação tem três elementos principais.

Primeiramente, deve ser algo novo e está relacionado com uma mudança em relação à situação vigente. Essa novidade pode ser desenvolvida na própria unidade ou ser a adaptação de uma inovação já implementada em outra localidade. Em segundo lugar, a inovação deve ser colocada em prática, ou seja, não basta ser apenas uma ideia. Em terceiro, deve trazer melhorias, em termos de eficiência, qualidade, impacto ou satisfação dos cidadãos.

É importante também distinguirmos invenção de inovação. A invenção é a criação de algo inédito, de um novo conhecimento e que não existia antes. Está relacionada, portanto, com a descoberta. A invenção não tem compromisso com a implementação imediata e pode necessitar de maior tempo de amadurecimento ou simplesmente ficar na prateleira, sem uma

utilidade prática. Já a inovação é a tentativa de dar uma conotação prática a uma invenção, ou seja, implementar em um contexto real.

É exatamente por esse aspecto prático que uma inovação não é sinônimo de sucesso instantâneo, isto é, não há garantias de que a inovação irá gerar resultados melhores. Errar, portanto, faz parte do processo de desenvolvimento e implementação de uma inovação. Um dos desafios do setor público é, então, criar condições para que eventuais falhas, em um ambiente controlado, passem a ser vistas como uma etapa do processo de inovação. Os bons resultados das inovações mais do que compensam as falhas que podem ocorrer. A disseminação de uma inovação pode, ainda, aumentar o valor público para a sociedade.

Outro ponto importante é que a inovação no setor público não deve ser confundida com a do setor privado, pois as lógicas dos dois setores são diferentes. No setor privado, a inovação é impulsionada pela competição entre as empresas. Elas precisam diferenciar seus produtos e serviços para conquistar mais clientes, superar a concorrência e, no fim, aumentar o lucro.

Mas o setor público não é movido pelo lucro. Suas motivações estão relacionadas com a melhoria das condições sociais, redução das desigualdades, preservação do meio ambiente, enfim, com problemas e desafios coletivos, dos mais simples aos mais complexos.

É importante considerar, ainda, alguns dos principais tipos de inovação. A inovação pode ocorrer nas políticas públicas. É o caso do Programa Bolsa Família, das cotas nas universidades públicas, do Programa Saúde da Família, entre tantas outras iniciativas. A inovação também pode ocorrer a partir da melhoria nos processos, por exemplo, para tornar mais rápida a emissão de um documento, como a carteira de habilitação. Ela também pode ocorrer nos serviços públicos, como a matrícula online das crianças na rede pública. A inovação tecnológica é resultante da aplicação do conhecimento científico no desenvolvimento de soluções práticas. Um dos exemplos mais clássicos é a Internet, criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

Cabe ressaltar que uma inovação pode ser classificada em mais de uma tipologia. Assim, a matrícula online, além de ser uma inovação em serviços, envolve também inovação baseada na tecnologia da informação e comunicação.

A inovação também pode ocorrer em produtos, por exemplo, quando uma nova vacina é desenvolvida pelos laboratórios públicos. A pandemia da Covid-19 também deixou mais evidente a inovação nas universidades públicas, com o desenvolvimento de respiradores pulmonares muito mais baratos que os disponíveis no mercado, mas tão eficientes quanto e com novas funcionalidades.

Além dessas tipologias, a inovação pode ser classificada em função do grau de mudança que provoca. Ela pode ser incremental, quando as mudanças são pequenas e estão voltadas para o aumento da eficiência ou qualidade.

Também pode ser radical, quando ocorre a introdução de uma nova organização, um serviço, uma política pública etc. ou com a introdução de mudanças que levem a um aumento substancial no desempenho. Nesta inovação, a dinâmica geral do setor público não se altera, mas se obtém resultados melhores e mais rápidos.

Por fim, a inovação também pode ser sistêmica, também chamada disruptiva ou revolucionária, que é quando ocorrem mudanças estruturais e novos paradigmas substituem os existentes, impactando toda a sociedade. É o caso, por exemplo, da introdução da internet. Outras inovações ainda podem vir a gerar transformações sistêmicas, como a inteligência artificial, mas a compreensão quanto ao alcance dessas inovações dependerá do seu avanço ao longo dos próximos anos.

Quer saber mais? Leia:

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado. **Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019, capítulo 4 (da p. 67 a 81). Disponível [aqui](#).

SANO, Hironobu. **Laboratórios de Inovação no Setor Público**: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: Enap Cadernos, 2020. 45 p. Disponível [aqui](#).

SPINK, Peter K. Inovação na perspectiva dos inovadores: a experiência do Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos Ebape**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível [aqui](#).

INTERSECCIONALIDADE

Texto construído a partir da colaboração de **Juliana Cristina Teixeira** (Professora da UFES)

Ainda que a academia tenha o poder de dar nomes aos conceitos e sistematizá-los, é importante considerarmos que esses conceitos também se formam na sociedade, nos movimentos políticos e sociais. Ao falarmos de um conceito, é necessário abordá-los considerando sua relação com os fenômenos complexos que acontecem na sociedade, e que dão origem e consolidam conceitos.

Por isso, antes de explicar o que é a interseccionalidade, iniciamos uma viagem pelo Estados Unidos, no ano de 1851, na cidade de Akron (Ohio). Lá, aconteceram várias convenções pelos direitos das mulheres. Essas convenções pautavam principalmente os direitos das mulheres brancas, sem considerar as especificidades das mulheres negras, que tinham sido escravizadas durante séculos. Em 1851, em uma dessas convenções, Sojourner Truth fez um discurso muito potente, e que se tornou um registro histórico de pioneirismo. Nele, ela chamou atenção para a importância de debater e pensar que não existe só opressão de gênero, e não existe apenas uma determinada opressão. Mas que elas precisam ser interseccionadas. Sojourner Truth, que era uma mulher negra que nasceu em condição de escravizada, em Nova York, no ano de 1797, foi uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres negras. Em 1851, ela fez parte de uma dessas convenções. Consta que esses eram espaços que ela sempre frequentava, embora não fossem espaços acolhedores para ela. Em sua participação, ela sempre chamava atenção para a necessidade de pautar o enfrentamento das lutas pelos direitos das mulheres negras. Em um desses discursos ela questionou: “Ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens.... ...e nem pular poças de lama... E eu não sou uma mulher?”. Dessa forma, ela questionava a construção patriarcal da mulher como sexo fragilizados, fazendo um enfrentamento da noção de mulher universal, ao identificar as conexões entre raça e gênero. Ela também evidencia, em seu discurso, que ela teve treze filhos, e que viu a maioria ser vendido para escravização. Assim, inclusive nos debates sobre maternidade, é preciso englobar essas histórias dessas mulheres que não tiveram direito de materno os seus próprios filhos.

Indo um pouco mais à frente, nas décadas de 1960/70, os movimentos de mulheres negras nos Estados Unidos passaram a articular as lutas contra as opressões de raça, gênero, sexualidade e classe. Em 1967, um coletivo de mulheres negras, chamado Combahee River Collective, assina um manifesto se comprometendo a pautar essas intersecções entre opressões de raça, de gênero, sexualidade e de classe.

Além dos registros deste manifesto do coletivo (de mulheres feministas negras estadunidenses e que atuaram na década de 70), se nos voltarmos à academia, identificamos a contribuição da maravilhosa Lélia Gonzalez. Brasileira, Lélia, do seu lugar de doutora em antropologia social, estabeleceu, por volta de 1982/1983, debates interseccionados entre racismo e sexismo na sociedade brasileira. Ela vai chamar atenção não apenas para como a classe estrutura nossa sociedade brasileira, mas, como raça e sexo dão fundamento a essas estruturas e são, enquanto eixos de opressão, apropriados pelo capitalismo. Lélia Gonzalez trabalha de modo muito original esses debates, e é uma das precursoras das construções que vão

culminar no conceito de interseccionalidade. Entretanto, porque o Sul Global foi negligenciado nas formações dos conceitos, ela não se torna uma autora, naquele momento, reconhecida por sua contribuição à discussão do conceito de interseccionalidade. É importante, então, que a gente sempre faça essa reparação histórica, trazendo Lélia Gonzalez para este debate. Além de Lelia González, no Brasil são importantes as contribuições de Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, para a reflexão sobre interseccionalidade.

Ainda na década de 1980, Audre Lorde e bell hooks também foram pensadoras que bradavam contra o feminismo que só levasse em conta a desigualdade de sexo.

Depois de apresentar o contexto, apresentamos o conceito. Kimberlé Crenshaw, teórica feminista negra estadunidense, foi quem sistematizou o conceito, em 1989. Ela sintetizou essa reflexão histórica para construir uma ferramenta potente, tanto de análise de como essas desigualdades sociais operam, como também de formas para o enfrentamento dessas desigualdades. Crenshaw define interseccionalidade como sendo a articulação de eixos de poder e de discriminação que estruturalmente produzem opressão, desatacando os eixos de racismo, patriarcado e a estrutura de classe. Atualmente falamos em cisheteropatriarcado, adicionando a esses eixos as categorias de identidade de gênero e de sexualidade, além de outros eixos que se articulam, produzindo opressões.

O fato de Crenshaw ter mencionado apenas três eixos não quer dizer que se esgotem as possibilidades, uma vez que ela afirma que não intencionou produzir uma teoria totalizante de identidade. Assim, é possível que a gente adeque a ferramenta ao contexto de análise. Pensando sobre alguns desses desdobramentos, eles nos ajudam a pensar como que as mulheres negras estão em maiores condições de precariedade e vulnerabilidade social. E, ainda, como também existe uma solidariedade muito específica dessas mulheres negras com os homens negros, que estão em condições socioeconômicas inferior as mulheres brancas, e isso precisa ser pautado. Sendo que são os homens negros que morrem simplesmente por serem homens negros, há muitos anos.

Sendo assim, é preciso pensar raça de maneira conectada com gênero, para a gente pensar na formação das nossas desigualdades sociais. Inclusive, a Crenshaw discute que é possível analisar a interseccionalidade como uma ferramenta para visualizarmos como a estrutura é feita, mas também como uma ferramenta política para observar momentos políticos feministas e os movimento antirracismo que, quando não fazem essas intersecções, acabam contribuindo para negligenciar o enfrentamento da condição de violência que as mulheres negras se encontram estruturalmente. Um outro desdobramento da discussão é o que remete ao contexto das

políticas públicas, quando a interseccionalidade, enquanto uma ferramenta, inspira as políticas que “transversalizam” raça, gênero e classe. Por fim, o conceito de interseccionalidade representativa ajuda a pautar como a representatividade da mulher negra nos espaços é um debate muito importante. Como diz a Carla Akotirene, o próprio coração do conceito de interseccionalidade é o da mulher negra. Logo, ao mesmo tempo que ele mostra essa vulnerabilidade estrutural da mulher negra, também mostra o seu poder enquanto agente na construção de uma ferramenta potente, e que deve ser considerada no enfrentamento das desigualdades sociais.

Quer saber mais? Leia:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais). Coordenação de Djamila Ribeiro. Disponível [aqui](#).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p. Tradução Heci Regina Candiani.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**: Anpocs, São Paulo, p. 223-243, fev. 1984. Anual. Disponível [aqui](#).

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody**. Cambridge: South End Press, 2000.

LORDE, Audre. Age, race, class and sex: women redefining difference. In: LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. Freedom: Crossing Press, 1984, p. 114-123.

TRUTH, Sojourner. **NÃO SOU MULHER?** 1851. Disponível [aqui](#).

INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE NOS DIREITOS HUMANOS

Texto construído a partir da colaboração de
Lívia Rebouças (mestranda do PPGPSI/
UFRN e membro do OBIJUV)

Direitos Humanos, intersetorialidade e consubstancialidade. Cada um desses termos tem suas especificidades, tanto em relação a seus significados, quanto à materialidade. De maneira intensa, eles se relacionam,

tanto no nível teórico, quanto no prático, à perspectiva feminista, como lente e ferramenta para enxergar e transformar a realidade.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração foi um marco importante, que estabeleceu um conjunto de normas, visando à proteção da dignidade de todas as pessoas, considerando as individualidades e a relação das pessoas com a sociedade e com o Estado. Assim, fixou-se legalmente que os direitos à vida, à liberdade, à educação e ao trabalho, dentre outros, deveriam ser considerados universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes. Isso independentemente do gênero, classe social, raça, etnia e orientação sexual. Entretanto, a forma como se estrutura a sociabilidade dentro do sistema capitalista faz com que essas diferenças sejam transformados em desigualdades. Assim, o acesso aos direitos não é garantido e ocorrem violações, sendo as mulheres negras marginalizadas as mais afetadas nesse processo.

Considerando isso, o movimento feminista negro questionou o feminismo branco, que tende a homogeneizar as mulheres, a partir de elementos como a branquitude, a heteronormatividade e a classe média. Nessas bases, na década de 1980, Kimberlé Crenshaw (uma jurista feminista estadunidense) propôs o conceito de interseccionalidade ao analisar os sistemas discriminatórios que atravessam sociedade. Ela apontou que as várias formas de opressão, que Crenshaw denomina de eixos insubordinação (racismo, sexismo, o capitalismo, LGBTfobia e o capacitismo, etc.), entrecruzam-se e afetam de maneira diferenciada cada pessoa. Isso produz diferentes graus de vulnerabilidade, especialmente no que diz respeito às vidas das mulheres negras. Assim, em que pese haver nesta perspectiva um destaque para o entrecruzamento entre raça e gênero, a partir do olhar interseccional, outros cruzamentos e sobreposições são possíveis, como considerar os impactos do racismo com a LGBTfobia, do sexismo com o racismo e o capitalismo e do racismo com capacitismo, dentre outros.

Já a partir de uma abordagem materialista e marxista, dentro do feminismo, na década de 1970, Danièle Kergoat - uma socióloga feminista francesa - propôs os conceitos de consubstancialidade e coextensividade. Segundo ela, há uma imbricação indissociável entre as relações de raça, de sexo e de classe, sendo sexo entendido como uma categoria socialmente construída, assim como as outras duas também o são. Segundo essa compreensão, essas três relações são consideradas estruturantes para a produção e reprodução do sistema capitalista, interagindo entre si dialeticamente de forma dinâmica e complexa na medida em que forma um nó no qual se interpenetram construindo umas às outras. Ou seja, no sistema que é racista, patriarcal e capitalista, a dependência da existência dos antagonismos, das contradições, das opressões e explorações (que

fazem parte da dinâmica entre os diferentes grupos), está diretamente marcada pelas relações sociais de raça, de sexo, e de classe. Nesse sentido, ao contrário da possibilidade de exclusão, de sobreposição ou adição dos chamados eixos de subordinação (que acontece na interseccionalidade), na consubstancialidade toma-se como pressuposto fundamental que as análises do real necessariamente tem que partir da imbricação entre as relações sociais de raça, de sexo e de classe, sem haver uma hierarquia e sim uma movimentação entre elas. Portanto, em determinados momentos, uma pode estar mais aparente do que outra, mas, sem significar a sua exclusão, assim como nos indica a metáfora do nó.

Por fim, importante destacar que a materialização dos Direitos Humanos é um processo em construção, perpassado por barreiras e desafios, mas que tem encontrado nos feminismos comprometidos com a luta antirracista e anticapitalista, um instrumento para a transformação do mundo, seja por meio do conceito da interseccionalidade ou da consubstancialidade.

Quer saber mais? Leia:

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. Disponível [aqui](#).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível [aqui](#).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p. Tradução Heci Regina Candiani.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**. , São Paulo, v. 26, n. 1, pág. 61-73, junho de 2014. Disponível [aqui](#).

HUNT, L. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, pág. 93-103, março de 2010. Disponível [aqui](#).

SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

INTERSETORIALIDADE

Texto construído a partir da colaboração de **Carla Bronzo** (professora da Escola de Governo-FJP/MG)

A intersetorialidade tem sido identificada como um elemento importante para a produção de políticas públicas. Mas, afinal do que se trata? Em uma primeira aproximação, é possível defini-la como uma ação colaborativa entre diferentes setores das políticas públicas para o enfrentamento de um problema complexo. A literatura trata tais problemas como problemas perversos ou malditos, intrincados, emaranhados, confusos ou mal delimitados.

A noção de problemas complexos não é nova. Ela surge na década de 1970, como crítica a uma visão excessivamente técnica, racional ou de soluções de engenharia para problemas ligados ao planejamento social e às políticas públicas. Problemas de engenharia são problemas bem delimitados e geram pouco ou nenhuma controvérsia sobre as soluções possíveis. Os problemas fechados, bem delimitados, com soluções claras são distintos de problemas abertos, frouxamente definidos e com pouco consenso sobre as soluções. Por sua vez, os problemas sociais são frequentemente abertos, não são definidos de maneira rigorosa, existem grandes incertezas e disputas sobre como abordá-los e sobre qual solução adotar para enfrentá-los.

A complexidade de um problema decorre da natureza do problema em si, mas também das interações entre os atores envolvidos. Em problemas muito complexos, nem problema nem a solução são claros e existem atores com interesses e visões distintas sobre o fenômeno. Exemplos são: a questão da vulnerabilidade social, da violência ou da população de rua, o tema das migrações massiva e os desafios da integração, o meio ambiente, as múltiplas desigualdades que se revelam nas camadas sobrepostas de cor, gênero e classe, dentre outros. Esses fenômenos expressam novas dinâmicas e exigem novas formas de abordá-los. O que tais fenômenos e problemas têm em comum? São problemas cujas causas são múltiplas, sendo difícil atacar o problema de forma linear ou setorial. Uma primeira aproximação para o enfrentamento de tais fenômenos consiste em percebê-los de forma integral.

Ao adotar a integralidade como perspectiva tem-se a necessidade de reelaboração dos fins das políticas, assumindo-se uma visão compartilhada do problema e da intervenção, entre os diferentes atores e setores envolvidos. A convergência cognitiva constitui uma peça importante para a intersetorialidade de alta intensidade, aí chegamos a uma definição mais

precisa. A intersectorialidade consiste em uma estratégia de gestão necessária para dar materialidade a visão integral de um problema. Além dessa premissa de natureza conceitual ou desse fundamento político, tem-se uma premissa de natureza técnica que reside em suas virtudes. A gestão intersectorial cria melhores soluções, permite resultados melhores e evita sobreposição de ações. Além disso, é mais eficiente, por permitir compartilhar recursos dos mais diversos, desde os econômicos até saberes e experiências.

Nuria Cunill Grau identifica três variáveis que incidem na conformação da intersectorialidade. A primeira é o grau de “inclusividade” no ciclo da política. Nesse caso, é importante considerar se essa conexão entre os setores ocorrem desde o planejamento das ações ou se está restrita ao âmbito da execução. A segunda variável é o grau de compartilhamento, entre setores, de recursos (ex. materiais técnicos, informacionais, financeiros, humanos, etc.). Compartilhar recursos orçamentários e sistema de informação são importantes para a dimensão de compartilhamento. A terceira variável é o grau de alteração nas formas organizacionais dos setores envolvidos. Nesse caso, importa considerar a existência de estruturas supra setoriais ou, ainda, alterações organizativas que estabeleçam arranjos comuns de governança, ou seja, espaços institucionais nos quais os interesses e conflitos possam ser debatidos e solucionados, além de ações planejadas e coordenadas.

A grande questão é saber como convergir esforços de setores diversos para uma abordagem integral de um problema que é multidimensional. Os setores apresentam distintas visões, interesses, recursos e contam com contextos técnicos e disciplinares muito diferenciados, o que dificulta a convergência de percepção e ação necessária em uma abordagem intersectorial.

Quer saber mais? Leia:

BRONZO, Carla. Intersectorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 35, p. 119-160, jul./dez. 2010. Disponível [aqui](#).

CUNILL-GRAU, Nuria. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales: un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y Política Pública**, Santiago, p. 05-45, abr. 2013. Disponível [aqui](#).

MACEDO, Juliana Matoso; XEREZ, Flávia Helena Saraiva; LOFRANO, Rodrigo (org.). **INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS: perspectivas a**

partir do programa bolsa família. 26. ed. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2016. 176 p. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate). Disponível [aqui](#).

MOVIMENTO LGBTIQ+

Texto construído a partir da colaboração de **Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto** (professor de História e mestrando em História pela UFG)

O movimento LGBTIQ+ é a soma de ações e resistências da comunidade LGBTIQ+. Essa comunidade começa a surgir no final da década de 1960, com o surgimento de uma série de questionamentos relacionados à sexualidade. Um marco fundamental foi o movimento que se estabeleceu em Stonewall, com a Revolta de Stonewall em 1969. Nesse momento, homossexuais, travestis, transexuais e lésbicas se levantaram contra a violência policial em Nova York, nos Estados Unidos. A violência policial era (e ainda é) uma prática comum contra essa comunidade, não apenas nos Estados Unidos, mas, também, em outros contextos, como na América Latina e no Brasil.

A Argentina é um exemplo fundamental para compreendermos esse processo. O movimento homossexual se inicia, na Argentina, entre 1967 e 1969, com a formação do grupo nuestro mundo, que, posteriormente, viria a formar a Frente de Libertação Homossexual (FLH) Argentina. No Brasil, esse movimento também se estabeleceu em 1978, com a formação do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, nome que é também uma homenagem ao jornal produzido pela frente Argentina. O Grupo Somos criou o Lampião da Esquina, jornal de referência para a formação da primeira onda do movimento no Brasil.

É importante pensarmos sobre o porquê de antes denominarmos o movimento de homossexual, e, hoje em dia, usarmos a expressão movimento LGBTIQ+. Atualmente, nós temos um maior entendimento sobre o que são as identidades sexuais, o que são as identidades de gênero e que cada uma dessas identidades estabelece uma relação completamente distinta com relação aos aspectos de absorção, de assimilação e de interpretação da realidade. O que isso quer dizer? Que alguns corpos acabam sendo mais aceitáveis que outros, então o movimento ele se pluraliza com demandas específicas de cada um dos grupos.

Nesses grupos, há uma divisão entre identidades sexuais, que estão relacionadas aos desejos, ainda, identidades de gênero que estão relacionados com a forma como as pessoas se sentem e se identificam enquanto o gênero. No primeiro grupo, há a homossexualidade, bissexualidade, a identi-

dade lésbica (ou as identidades lésbicas). No segundo, há as intersexuais, transgêneros, transexuais, travestis e queers. O que marca essa diferença? A identidade sexual se relaciona ao desejo, o desejo com aquelas e aqueles que nós desejamos estar afetiva e sexualmente, enquanto a identidade de gênero está mais relacionada ao processo de identificação de quem você é. No caso das mulheres e dos homens trans há um não reconhecimento da identidade de gênero que lhe é atribuído no nascimento, uma identidade de gênero que decorre de uma simetria entre sexo biológico e gênero. No caso das pessoas queers, elas não compreendem, não se assimilam e não se identificam nem com homens e nem com mulheres. Elas transitam entre esses polos e criam outras categorias para si. Por isso, essas são identidades que estão fora da inteligibilidade desse binarismo masculino e feminino. Por fim, os/as intersexuais, que nascem com características biológicas ditas masculinas e femininas, também não se compreendem dentro dessa identidade de gênero binária.

Quer saber mais? Leia:

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades. São Paulo: Garamond Universitaria, 2005. Disponível [aqui](#).

GREEN, James N. et al (org). **Histórias do Movimento LGBT do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Texto construído a partir da colaboração de **Roberto Marinho Alves da Silva** (professor do DESSO/CCSA/UFRN)

Tudo está em movimento, a matéria, a energia, a vida biológica. Tudo na natureza está fervilhando, está em ebulição. Não há nada parado, nada estático. A sociedade também, não. Ela é viva e é feita de mudanças. Essas mudanças são produzidas no seu próprio interior, não é nada que vem de fora, que é determinada. São mudanças relacionadas a conflitos, contradições, consensos e coesões, e que são construídas por pessoas, grupos, classes sociais, organizações e instituições existentes na sociedade. A vida em sociedade é movimento e, por isso, cada sociedade, em um determinado momento, é fruto ou resultado desses processos de transformação, que hoje são cada vez mais frequentes, mais rápido. Por isso nós precisa-

mos compreender o que são os movimentos sociais, essas organizações de ação, de reação coletiva, de sujeitos políticos, e, portanto, de seres históricos. Nós, que conduzimos os processos de transformação da vida em sociedade.

O conceito do qual partimos aqui é o da professora Maria da Glória Gohn, para quem os movimentos sociais são ações sociais coletivas, de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Nesse conceito estão três componentes principais. Primeiro, os movimentos sociais são forças sociais organizadas que aglutinam e associam pessoas em torno de causas, interesses e objetivos comuns. O segundo é que são ações coletivas diretas e indiretas de pressão, de denúncia, de resistência, como processos sequenciais, com certa continuidade, embora não necessariamente os movimentos tenham formalização, ou sejam institucionalizado. O terceiro componente é que a incidência do movimento é, sobretudo, política. Ou seja, ela está no campo das relações de poder na sociedade. Os movimentos sociais buscam influenciar a opinião pública, conquistar a adesão das pessoas e pressionar as instituições, sobretudo o Estado, para o atendimento das suas demandas, ou, então, para transformações sociais mais profundas.

Existe uma diversidade de movimentos, particularmente classificadas aqui em três grandes tipos de movimentos. Primeiro os classistas, a exemplo do movimento sindical; movimentos originados a partir da união, da mobilização e da representação de interesses da classe trabalhadora, ou de uma fração dela. São os movimentos históricos, presentes nas grandes revoluções sociais. Há, ainda, os ditos novos movimentos sociais, a exemplo dos movimentos antirracistas, movimento feminista, movimento negro, movimento indígena, de juventude, LGBT, entre outros. O terceiro tipo são os movimentos temáticos. Eles se organizam em torno de causas coletivas, de direitos comuns ou difusos, como os movimentos ambientalistas, movimentos antiglobalização, antifascistas. Atuam, sobretudo, por meio de redes sociais mais amplas e articulação e mobilização. Importante observar, contudo, que cada vez mais há intersecções entre esses aspectos ou dimensões. Um exemplo é o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, negras e quilombolas, que defendem o extrativismo sustentável como forma de emancipação feminina. Elas lutam para reduzir desigualdades sociais, de classe, gênero, etnia, defendendo a biodiversidade e os modos de vida dos povos tradicionais, contra o avanço do capital no campo.

Há, ainda, um outro tipo de classificação, que são as grandes abordagens teóricas ou explicativa dos movimentos sociais. Há três principais. A primeira, e mais antiga, é a abordagem comportamental funcionalista,

que analisa os comportamentos coletivos. Segundo ela, os movimentos sociais são manifestações irracionais das massas na cena política. São, portanto, interpretados como distúrbios, bagunça, originados em desvios de comportamento e frustrações de lideranças e, portanto, devem ser controlados. Eles são criminalizados, combatidos pelo Estado. É o entendimento da questão social como caso de polícia.

Uma segunda abordagem é exatamente contrária à primeira. É a abordagem histórica e estrutural, que tem base na teoria social crítica de Marx, e se desenvolve a partir do marxismo. Ela enfoca, para a explicação, os processos de mudança e de transformação social, ancorando-se no conceito de luta de classes. Portanto os movimentos sociais são classistas, ou seja, são expressões das lutas de classes na sociedade, dado os distintos interesses. Essa abordagem relaciona os movimentos como sujeitos históricos da transformação das relações sociais.

Em terceiro, há uma abordagem mais atual, que valoriza a dimensão cultural. Ela vem sendo desenvolvida para explicar sobretudo os novos movimentos sociais, enfatizando os processos de construção de identidade, em que os diferentes tipos e formas de pertencimento são fundamentais: o território, a etnia, religião, a geração, o gênero, a opção sexual. Dessa forma, toma-se a dimensão cultural como eixo analítico, para compreender como as subjetividades estão articuladas com as identidades coletivas. Por fim, vale salientar que nem todos os movimentos são progressistas, ou seja, nem todos buscam e lutam para realizar transformações na sociedade, em torno de ampliação de direitos e redução de desigualdades. Existe os movimentos reacionários, conservadores, autoritários, fascistas e de direita, que no Brasil estão se proliferando. Eles atuam para combater os movimentos que atuam para a transformação social e, portanto, são contra a redução das desigualdades.

Quer saber mais? Leia:

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

VERCELLI, Lígia de Carvalho Aboes. GOHN, María da Gloria Marcondes. (2008): Novas teorias dos movimentos sociais, São Paulo: Edições Loyola, p. 166. **Rev.hist.educ.latinoam.**, Tunja , n. 15, p. 341-344, Dec. 2010 . Disponível [aqui](#).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

Texto construído a partir da colaboração de **Gabriellen Monteiro** (graduanda em Gestão de Políticas Públicas - DPP/CCHLA/UFRN)

Em um primeiro momento, a ideia de observatório nos remete à astronomia: a observação de planetas e estrelas. Mas, a partir das décadas de 1980 e 1990, o termo também passou a ser utilizada para produção e divulgação de informações nas mais diversas áreas, e, inclusive, para instrumentalizar a participação social com informações.

Há muitos tipos de observatórios e nosso foco é o que denominamos de observatórios sociais. Por observatórios sociais entendemos as iniciativas com autonomia e que tem como objetivo monitorar problemas sociais ou políticas públicas, por meio de produção, disseminação e tradução de informações sobre as questões sociais.

Dessa forma, os observatórios podem contribuir com a transparência e a participação social e ainda melhorar as políticas públicas. Há muitas formas de estrutura observatórios. Uma delas é a criação dessas iniciativas nas universidades. E nesse caso, é possível que ela tenha participação da sociedade civil. Exemplos desse tipo de observatório são o Observatório das Desigualdades no Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN e da Fundação João Pinheiro e o Observatório da Metrópole. Há, ainda, observatórios governamentais, como o Observatório da Juventude (Participatório). Também existem observatórios da sociedade civil, como o Observatório Social do Brasil.

Quer saber mais? Leia:

AGUIAR, Sonia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 139-145, 1999.

BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil**: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2007.

MADSEN, Nina; REZENDE, Marcela. Observatórios de gênero na América Latina: uma análise comparada – os casos do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe e do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero** (Edição Especial). Brasília: SPM, 2010, p. 120-130.

Marcondes, Mariana Mazzini; ARAUJO, Maria Arlete Duarte; MONTEIRO, Gabriellen Karinynd da Silva. In: **Observatórios Sociais e desigualdades no Brasil: uma análise exploratória e descritiva preliminar**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 44., 2020, on-line. Anais eletrônicos [...]. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2020. Disponível [aqui](#).

POLÍTICA PÚBLICA

Reprodução do conceito adotado
por **Marta Ferreira Santos Farah**
(professora da EAESP/FGV)

A política pública é um curso de ação, escolhido pelo Estado, com o objetivo de resolver um problema público. É integrada por ações do Estado – e de atores não-governamentais - derivadas da autoridade legítima do Estado, com poder de se impor à sociedade. O curso de ação escolhido é influenciado por ideias, valores e pela disputa entre diferentes atores e grupos e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber (FARAH, 2013).

Quer saber mais? Leia:

FARAH, Marta F. S. **Teoria de políticas públicas**. In: LOUREIRO, Maria Rita e ABRUCIO, Fernando (org.). Políticas Públicas e o Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2013.

FARAH, Marta F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979. Dezembro/2016. Disponível [aqui](#).

SUSTENTABILIDADE

Texto construído a partir da colaboração de
Jeanne Christine Mendes Teixeira (professora
do DAPGS/ CCSA/UFRN)

O conceito de sustentabilidade teve sua origem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia em 1972. Foi a primeira conferência a abordar questões relacionadas

à degradação ambiental. O termo sustentabilidade refere-se a busca de equilíbrio entre a qualidade ambiental do planeta e a qualidade de vida das populações, de modo a evitar o esgotamento dos recursos naturais. Este modo de abordar o tema sustentabilidade está atrelado ao conceito de desenvolvimento sustentável. Conceito este, que só veio a ser concebido a partir do Relatório Brundtland, intitulado: Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987. De acordo com o relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Anos mais tarde - especificamente em 1992 – ocorreu, no Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Nela, tornou-se mais evidente o conceito de desenvolvimento sustentável. De modo geral, pode-se dizer que buscar um desenvolvimento sustentável é um meio de se chegar à sustentabilidade. A sustentabilidade busca manter o equilíbrio entre as dimensões social, ambiental e econômica. A dimensão econômica refere-se a busca por um modelo que explora os recursos naturais de forma sustentável. A dimensão ambiental, por sua vez, busca a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Por fim, a dimensão social visa a elaboração de propostas que gerem bem-estar e reduzam as desigualdades sociais.

A questão da redução das desigualdades sociais está bem representada no décimo objetivo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável. Uma das metas referentes à redução das desigualdades é a de promover a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. A partir dessa perspectiva, temos atualmente diversas ações no âmbito da responsabilidade social que buscam, por meio de ações de inclusão social, a redução das desigualdades.

Quer saber mais? Leia:

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland. Nações Unidas no Brasil.** 1987. Disponível [aqui](#).

Agenda 2030. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Nações Unidas no Brasil.** Disponível [aqui](#).

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Texto construído a partir da colaboração de **Thiago Ferreira Dias** (professor do DAPGS/ CCSA/UFRN)

Transparência e controle social são dois conceitos que estão intimamente imbricados. Quando pensamos em um guarda-chuva mais amplo, que seria a ideia de accountability, uma das vertentes é o controle social, que é o controle cidadão sobre as ações públicas, emanadas pelo Estado, por meio dos governos e da administração pública. Para o melhor exercício do controle social é necessário o acesso a dados para poder gerar informações. Nesse sentido, a transparência é um meio para melhoria não só do controle social, mas também da própria compreensão do funcionamento da administração pública, por parte de servidores e agentes públicos. E o que seria transparência? Quando pensamos em transparência, pensamos em algo permeável, translúcido. O professor Manuel Villoria Mendieta, da Universidade Rey Juan Carlos, Espanha, traz uma concepção bastante interessante. Ele afirma que a transparência contempla a abertura dos dados por parte da administração pública, não apenas para prestação de contas fiscais e orçamentárias, mas, também de ações públicas. E, ainda, abarca a possibilidade de disponibilizar dados de interesse público, para que sejam reutilizados via dados abertos. Então, pode-se perceber que a ideia vai além de apenas expor dados, mas inclui também expor o dado público de forma qualitativa, para que possa ser utilizado pelo cidadão, para o exercício de seus direitos, em um ambiente democrático. A transparência revela a importância da abertura de dados, mas também de vigilância, por parte dos cidadãos, sobre as ações do Estado. A transparência tem várias vertentes. Transparência não é só colocar uma página, um portal. Importante observar que, a partir da lei de acesso à informação (nº 12.527 de 2011), estabeleceu-se parâmetros para disponibilização desses dados. Mas tampouco é apenas isso. A transparência envolve várias dimensões, a exemplo da diferenciação entre transparência ativa e passiva. A ativa é aquela segundo a qual as informações são disponibilizadas imediatamente no sítio eletrônico. Já a passiva é aquela que é demandada pelo cidadão, via sistema de informação ao cidadão, e que a administração pública tem um prazo para poder disponibilizar essa informação. Outra dimensão também diz respeito ao tempo; a retroatividade ou tempestividade do dado. Se o dado é tempestivo, é disponibilizado em tempo real. Já é retroativo, por exemplo, é disponibilizado de 2 meses atrás. Isso também é importante porque o ideal é termos

dados tempestivos.

Outro ponto importante diz respeito à transparência clara ou opaca. Clara é aquela que é compreensível, que é possível gerar inferência. O contrário acontece com a opaca, em que não é possível compreender. Por exemplo, se deixarmos disponíveis os dados orçamentários apenas pelos códigos de rubricas, isso dificultaria bastante a interpretação para as pessoas não familiarizadas com o tema. Essa seria uma forma opaca de disponibilizar esses dados. Em resumo, é bastante a discussão sobre transparência.

Quer saber mais? Leia:

HOOD, Christopher et al. **Transparency: The Key to Better Governance?** Oxford: Oxford University Press, 2006.

MEIJER, Albert. Government Transparency in Historical Perspective: from the ancient regime to open data in the netherlands. **International Journal Of Public Administration**, [S.L.], v. 38, n. 3, p. 189-199, 7 jan. 2015. Informa UK Limited. Disponível [aqui](#).

MICHENER, G.; CONTRERAS, E.; NISKIER, I. Da Opacidade à Transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação No Brasil Cinco Anos Depois. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 610-629, 2018.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; RICCIO, Edson Luiz. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 137-158, maio 2015. ISSN 2175-8069. Disponível [aqui](#).

ZUCCOLOTTO, Robson Teixeira et al. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019.

TRANSVERSALIDADE NA AÇÃO PÚBLICA

Texto construído a partir da colaboração de
Mariana Mazzini Marcondes (Professora
do DAPGS/ CCSA/UFRN)

Para situar a transversalidade na ação pública é possível recorrer ao surgimento da transversalidade de gênero, que é forjada a partir da teoria e da prática feministas. Trata-se de uma proposta de estratégia para estruturar

políticas de igualdade de gênero. Ela se torna mundialmente difundida a partir da 4ª Conferência Mundial da Mulher, que ocorreu em Beijing em 1995. A partir desse momento, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a utilizar o conceito que, em inglês, é expresso como Gender Mainstream.

Há muitas definições para a transversalidade. Uma delas é que identifica a transversalidade como um processo de reorientação da ação pública por perspectivas que reorientam essa ação pública para a promoção de igualdade, em benefício de sujeitos historicamente discriminados. Mas, que sujeitos historicamente discriminados são esses? A transversalidade surja muito conectada com o movimento feminista e com política de igualdade de gênero, razão pela qual, nesse caso, os sujeitos são identificados como as mulheres e a população LGBTQI+. Entretanto, em países como o Brasil, a transversalidade foi também assumida para estruturar políticas como as de igualdade racial, direitos humanos e juventude. Então, outros sujeitos podem ser parte do processo de transversalidade.

Como essa definição é abstrata, ela pode ser ilustrada por exemplos para discutir cada um de seus desdobramentos. Para isso, é possível considerar três dimensões que estão envolvidas nessa definição.

A primeira dimensão é a que envolve as perspectivas e que valoriza a incorporação, pela ação pública, de ideias, visões, pontos de vistas, ideologias e discursos. Nesse nível, assume-se que a ação pública esteve historicamente comprometida com a promoção e legitimação das desigualdades. Mas, quando se incorpora perspectivas comprometidas com a igualdade, essa ação pública é reorientada. Um exemplo é o caso da igualdade de gênero e as políticas de cuidado infantil. Em uma perspectiva feminista, a crítica que é feita às políticas de cuidado infantil é que elas assumem que quem cuida são as famílias e, dentro delas, as mulheres, e que isso produz desigualdades de gênero. Por outro lado, uma política de cuidado infantil orientada por uma perspectiva de igualdade de gênero, ela também assume como ideias que devem ser efetivadas a responsabilização do Estado pelo cuidado, a responsabilização dos homens e a proteção e valorização do cuidado que é realizado pelas mulheres.

A segunda dimensão ajuda a explicar a primeira e confere à transversalidade materialidade. Ela aponta que a transversalidade implica a aderência das políticas e ações públicas a uma agenda política que é organizada por esses sujeitos historicamente discriminados, que são beneficiados pela promoção da igualdade. Um exemplo é o movimento feminista, que tem uma agenda política, que abrange reivindicações. Dentre elas, há demandas por ampliações de creches, e, ainda, que elas sejam estruturadas para garantir os direitos não só de quem é cuidado, mas, também de quem cuida.

A terceira dimensão também confere materialidade à transversalidade e ajuda a pensar que esse processo não flutua no ar. Nela, reconhece-se que a transversalidade precisa de condições institucionais, para que esse processo efetivamente se consolide e ocorra. No caso da transversalidade de gênero, um exemplo é a criação de secretarias de política para as mulheres, de planos nacionais de políticas para as mulheres, e de instâncias e mecanismos de participação social, como conselhos e conferências. Esses últimos, inclusive, podem fortalecer a segunda dimensão (aderência). Ou seja, é um sistema de condições institucionais que estrutura e garante que esse processo tem sustentabilidade.

Quer saber mais? Leia:

BANDEIRA, Lourdes M. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:** avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: Cepal; SPM, jan. 2005.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

MARCONDES, Mariana M. **A corresponsabilização do Estado pelo cuidado:** uma análise sobre a política de creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCONDES, Mariana M; SANDIM, Tatiana L.; DINIZ, Ana Paula R. **Transversalidade e Intersetorialidade:** Mapeamento do Debate Conceitual no Cenário Brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*. Viçosa, v. 10, n. 1, p. 22-33, 2018.

VERLOO, Mieke; LOMBARDO, Emanuela. Contested gender equality and policy variety in Europe: introducing a critical frame analysis approach. In: VERLOO, Mieke (Ed.). **Multiple meanings of gender equality:** a critical frame analysis of gender policies in Europe. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 21-51.

WALBY, Sylvia. Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 12, n. 3, p. 321-343, 2005.

Anexo

Programação dos cursos

Observatório das Desigualdades

Conversatório: Descomplicando Gênero

Mini-curso:

Gênero, sexualidades e diversidade: afinal, do que se trata?

21 de agosto e 04 de setembro

Encontro 1. **Palestra/live.** *Feminismo, gênero, sexualidades e diversidade.*

Com Cláudia Gazola (Coletivo Leila Diniz) e Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/UFRN)

Encontro 2. **Grupo de estudo.** *O que é gênero?*

Com Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/UFRN)

Mini-curso:

Gênero e masculinidades.

18 de setembro e 02 de outubro

Encontro 1. **Palestra/live.**

Com Fernando Seffner (UFRGS) e Paulo Roberto Souto Maior Jr. (DPEC/UFRN)

Encontro 2. **Grupo de estudo.**

Com Paulo Roberto Souto Maior Jr. (DPEC/UFRN)

Mini-curso:

Gênero, raça e classe.

16 e 30 de outubro

Encontro 1. **Palestra/live.**

Com Mirla Cisne Avaro (UERN) e Janaiky Pereira de Almeida (UFERSA/Motim Feminista)

Encontro 2. **Grupo de estudo.**

Com Silvana Mara de Moraes dos Santos (DESSO/UFRN) e Ilana Lemos de Paiva (PSI/UFRN)

Mini-curso:

Gênero, divisão sexual do trabalho e sustentabilidade da vida humana.

13 e 27 de novembro

Encontro 1. **Palestra/live.**

Com Juliana Cristina Teixeira (UFES), Jordana Cristina de Jesus (DCAA/UFRN) Luana Junqueira Dias Myrrha (DCAA/UFRN)

Encontro 2. **Grupo de estudo.**

Com Luana Junqueira Dias Myrrha (DCAA/UFRN)

Curso de extensão: Desigualdades e Ações Públicas

Módulo 1.

Desigualdades: do que estamos falando?

14 de setembro

Aula de abertura/Live - Desigualdades: uma introdução a suas múltiplas dimensões. Debatedoras: Ana Paula Campos (Colunista Potiguar Notícias) e Vitória Régia Izau (UEMG)/ Mediação: Letícia Godinho (FJP)

21 de setembro

Aula - Desigualdades: definindo, caracterizando e mensurando. Cassiano Trovão (DEPEC/UFRN)

28 de setembro

Aula - Desigualdades sociais: classe, gênero e raça. Silvana Mara dos Santos (DESSO/UFRN)

05 de outubro

Aula - Desigualdades territoriais. Joana Tereza Vaz de Moura (PPGP/UFRN)

Módulo 2.

Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades.

19 de outubro

Aula de abertura (Live) - Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades: uma introdução. Debatedoras: Maria Arlete Duarte de Araújo (DAPGS/UFRN) e Zuleide Queiroz (URCA e UFCA) / Mediação: Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/UFRN)

26 de outubro

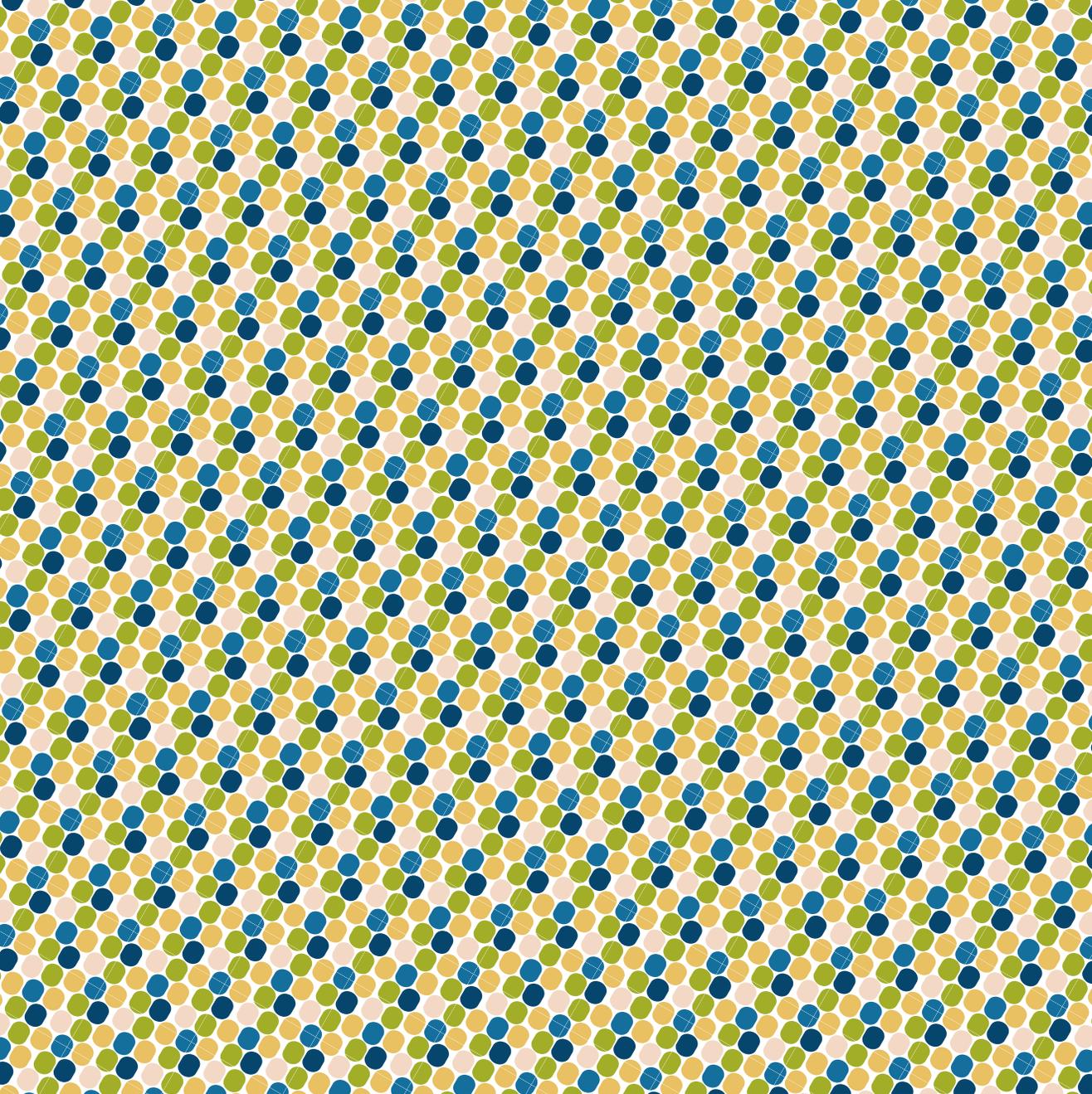
Aula - Políticas Públicas para o enfrentamento das desigualdades.
Fábio Resende de Araujo (DAPGS/UFRN)

09 de novembro

Aula - Gestão Social para o enfrentamento das desigualdades.
Washington José de Souza (DAPGS/UFRN)

16 de novembro

Aula - Novas abordagens: interseccionalidade, transversalidade e intersetorialidade. Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/UFRN)



realização:



apoio:

